



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 38

Sessão Ordinária Novembro

3.º Reunião em 22/11/2019

Aos vinte e dois dias do mês de Novembro do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e pela Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Débora Eunice da Silveira Lopes, João Bastos de Figueiredo, Jacinto Manuel Almeida Silva, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Carlos Ernesto Rodrigues de Barros, Ana Cristina Pinheiro Rodrigues, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, Manuel Vieira dos Santos, Raúl Ventura Martins, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da Sessão faltaram os deputados, Joao Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltou nesta reunião da Sessão a Vereadora Joana da Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Carlos Ernesto Rodrigues de Barros, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.⁰⁰³

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa e Emília Cristina da Cunha Gonçalves, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Néson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Miguel António Costa da Silva e Joao Carlos Rodrigues Morgado, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, por Débora Eunice da Silveira Lopes, João Bastos de Figueiredo, Jacinto Manuel Almeida Silva, Ana Cristina Pinheiro Rodrigues, e Manuel Viera dos Santos, respectivamente.

Suspensão do Mandato: nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro, o Presidente da Mesa colocou à apreciação do plenário, não se verificando oposição, o pedido de suspensão do mandato por seis meses (22NOV2019 a 20MAI2020) apresentado pelo Vogal Carlos Mário Magalhães Anileiro, do Partido CDS-PP, sendo substituído pela sucedânea da lista de candidatura, Ana Cláudia Pinto de Oliveira.⁰⁰⁴

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, lembrou os pontos da “Ordem-do-Dia” constantes da convocatória de continuação dos trabalhos, para a Sessão Ordinária de Novembro, sendo os seguintes:

Ponto 4 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2020;

Ponto 5 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2020;

Ponto 6 – Derrama 2020;

Ponto 7 – Participação variável no IRS – Ano 2020;

Ponto 8 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2020;

Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação - Por Aveiro livre de violência de género: construir uma agenda municipal para a igualdade.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 4 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2020.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara, para fazer a apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Boa noite a todos. Senhor Presidente dar nota que esta minha intervenção servirá também para introduzir os pontos 5, 6, 7, e 8. Portanto não usarei da palavra na introdução desses pontos.

De forma sumária dar nota das características principais da proposta de orçamento para 2020. Sabendo que há no quadro das opções políticas uma marca muito forte da continuidade das operações que estão em desenvolvimento este ano, assim continuará a ser para o ano de 2021, e é uma evidência cada vez mais forte este carácter plurianual dos Planos e Orçamentos. Além do mais sou dos acham que já não faz sentido fazer planos e orçamentos anuais. O país é que se deleita com estas matérias. A própria Assembleia da

República passa dois meses para tratar desta matéria. Obviamente, faria sentido um plano e orçamento para um quadriénio e, obviamente, depois, introduzir a revisões e as alterações que entendemos por bem, nas dinâmicas da gestão.

Mas este é o quadro legal e, portanto, trabalhamos com ele como não podia deixar de ser. Mas, obviamente que há uma marca muito forte naquilo que são os vários episódios nas várias políticas municipais, sejam de Educação, de Cultura, nos investimentos nas obras municipais, obviamente há uma marca muito forte de plurianualidade como não podia deixar de ser, dadas as dinâmicas que estão desenvolvidas neste âmbito.

Uma nota segunda para o quadro fiscal. O pacote fiscal que tomámos a decisão de o estabilizar no que respeita às opções para 2020 comparando-as com as opções de 2019. Enfim, estamos num ano em que revivemos a redução da taxa de IMI de 0.45 para 0.40. A reintrodução do IMI familiar, que adiciona um desconto para as famílias que têm filhos a cargo. Essa é obviamente uma marca fundamental no pacote fiscal dada a importância que o IMI tem, sendo que é a mesma atitude que tomamos para a Derrama, para a Participação do IRS, e para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

Portanto é esta opção pela estabilidade deste quadro fiscal na relação de 2020 com 2019, sabendo também (é bom lembrar) que 2019 é o 1º ano de execução do Programa de Ajustamento Municipal (FAM) após revisão. Fizemos uma revisão no final do ano passado, mesmo na ponta final do ano ela foi formalmente aprovada, obviamente que o Plano e Orçamento de 2019 já acolheu as novas características do PAM, mas essa operação tem de facto o seu 1º exercício completo neste ano que estamos quase a terminar de 2019 e, portanto nem sequer se colocaria outra hipótese perante a nossa relação com o Fundo que não fosse esta de estabilidade do quadro fiscal na relação de 2020 para 2019, com esta condicionante muito importante de ser 2019 o 1º ano da execução do Programa de Ajustamento Municipal depois da sua revisão.

Uma outra nota que gostava de evidenciar tem obviamente a ver com a importância, da dimensão grande que o Plano e Orçamento assume por força dos investimentos municipais no quadro das obras.

Os cerca de 92 milhões de euros do Orçamento tem uma marca muito forte ligada às obras municipais.

Apenas escolhendo aquelas que têm de cada uma de per si uma dimensão mais relevante, são 57 obras que valem no seu conjunto 57 milhões de euros e portanto, é uma operação de grande dimensão no que respeita a esta componente.

Sabendo que nas tipologias há o destaque para a requalificação urbana com cerca de 17,8 milhões de euros; há um destaque para a Educação para a renovação do parque escolar com um valor de cerca de 7 milhões de euros.

Há uma tipologia que vem para uma dimensão financeira relevante (que não a teve nos últimos anos) que é o Desporto que assume um valor de 4 milhões de euros.

Há a habitação, habitação social que temos em desenvolvimento de qualificação do nosso parque de habitação social que tem uma dimensão de 2,4 milhões de euros.

Há a Saúde que está já na fase final da grande operação de qualificação das nossas 5 extensões de saúde, lembrando que a única que está em obra em fase final é a de Oliveirinha e a que está para começar, aguardando apenas a chegada do Visto do Tribunal de Contas é a de Eixo, terminadas que estão São Bernardo, Aradas e São Jacinto, mas mesmo assim tem a dimensão de 1.1 milhões de euros.

Há ainda a Cultura que vem ter agora uma expressão grande muito especialmente por força da obra de qualificação do Teatro Aveirense, com um valor próximo dos 2 milhões de euros. Portanto estas são operações parcialmente financiadas por Fundos Comunitários. Temos contratos, temos compromissos, obviamente com um peso muito forte na qualificação urbana e na operação PEDUCA, mas obviamente que o investimento a Câmara tem também

uma parte muito relevante. Ou porque não há financiamento para certas tipologias como sabemos ou porque a capacidade financeira da Câmara permite que nós façamos certo tipo de investimentos sem utilizar os financiamentos comunitários.

Portanto, essa é uma dimensão que está devidamente expressa, evidenciada, com operações que vão ter uma expressão nova na execução financeira, embora já cativando verbas no próprio orçamento deste ano 2019. Nomeadamente uma que lançámos o concurso público recentemente que é o concurso público para a conceção e a construção do nosso novo ferry eléctrico.

E também um conjunto de operações que tem estado em projeto, algumas delas já em fase de desenvolvimento, nomeadamente ao nível da qualificação de vários edifícios municipais, com alguns destaque para o Mercado Manuel Firmino e a grande operação que está em fase de projeto da requalificação do Mercado de Santiago, da operação que já referenciei do Teatro Aveirense, uma operação de algumas componentes dos nossos edifícios do Parque de Feiras e Exposições. O Centro Cívico de Aradas com os múltiplos acidentes de contração de projetista que tem tido, e que neste momento tomámos uma decisão diferente para podermos seguir para operação de requalificação do edifício.

Ou operações que por várias vicissitudes não pusemos mão e que vamos pôr, nomeadamente o Parque de Campismo de São Jacinto.

Obviamente que nas políticas de Educação mantemos o quadro de referência assumido no PAEMA que tem um quadro referenciado ao ano letivo. Portanto temos um em curso para o ano letivo 2019/2020 e teremos um outro para o ano letivo 2020/2021 esperando que este seja o primeiro que vai acolher as novas competências do quadro do processo de descentralização.

Temos um Governo novo como sabeis, estamos num compasso de espera normal, mas obviamente que retomaremos as diligências para chegarmos a acordo que é aquilo que queremos para executarmos a partir do arranque do início do ano lectivo 2020/2021, que o mapa legal nos virá a entregar.

Obviamente que nas operações de âmbito social vamos prosseguir as operações de qualificação dos nossos bairros, do maior aos mais pequenos, continuando o trabalho de pressão e cooperação com o IRHU para operações de qualificação dos bairros do Griné e do Caião e obviamente o trabalho sempre muito muito relacionado de proximidade com a Ação Social.

O trabalho de cooperação com as nossas Instituições Particulares de solidariedade social, com a utilização do Fundo de Apoio às Famílias. Enfim os vários instrumentos que já temos e que o Plano obviamente assume como instrumentos que vamos continuar a manusear e obviamente com as dotações financeiras referenciadas nos valores que estão propostos, sempre com a adequação àquilo que venham a ser as necessidades.

Obviamente um espaço importante na área da Cultura para o nosso trabalho que vai continuar a ser em crescendo em termos de trabalho, quantidade, mas também em termos de expressão financeira que é tudo aquilo que está dentro e à volta da nossa candidatura de Capital Europeia da Cultura em 2027. Esse é um episódio de que nós nos vamos continuar a referenciar.

Portanto estas são as notas de destaque que queria deixar neste quadro de introdução ao debate, sabendo que estarei ao dispor para participar com todo gosto, estarei ao dispor da Assembleia. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [007](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Nós sentimos que não há aqui grande novidade relativamente àquilo que nós pensamos sobre as grandes opções enunciadas pelo executivo. Muito do que aqui está tem a nossa anuência, obviamente, mas nós continuamos a achar que existem algumas grandes obras que nós gostaríamos que não fossem levadas a cabo. Não vamos reiterar aquilo que dissemos relativamente a essas obras e portanto vamos aproveitar aqui o tempo para questionar o executivo em relação a duas outras questões.

Enfim, mais parques caninos, mas os programas CED estão implementados. O Senhor Presidente diz que não há matilhas, mas não é bem assim. Eu percebo que há uma frescura ao nível da equipa municipal relativamente a esta matéria, porque contratou uma veterinária que está em funções, mas não acreditamos que esse problema tenha terminado. Está longe de terminar. E, portanto, o que aqui vemos é a edificação de mais questões estéticas, mas que do ponto de vista estrutural, não resolvem o grave problema que o município tem a este nível. E nós gostaríamos de perguntar se não era altura e nós não nos vemos como oposição nesta matéria, nós vimo-nos sempre desde o dia um como potenciais aliados sobre este assunto.

Dirigimos várias vezes ajuda ao executivo nesta matéria e não nos queremos constituir oposição. Mas, de facto, vemos que já temos um parque Canino. O parque Canino do ponto de vista de frequência nós temos notado que é ainda muito reduzido, mas é uma coisa obviamente que vai merecer o seu tempo. Mas a edificação de mais parques caninos quando há um programa CED e quando há um canil intermunicipal que nunca mais chega e que continuam cães abandonados na rua! E não venham por favor mais uma vez com a lei. A lei é curta, sabemos todos, ponto de vista do dinheiro, mas o dinheiro foi disponibilizado e o facto é que aparentemente até sobrou. Mas o facto é que há municípios que não têm a dimensão de Aveiro, não são capitais de distrito, não têm a nossa dimensão nem populacional nem territorial e muito menos financeira, e que começam a dar sinais de muito positivos ao nível de implementação da lei. Mesmo que ela seja muito frágil nalguns aspectos. Portanto a questão da lei já não é questão porque há pessoas que estão a fazer bem. Portanto se há pessoas a fazer bem no território nacional não percebo porque é que a Câmara de Aveiro não faz bem também.

Em relação à Cultura nós tivemos uma reunião com o executivo que eu gostei muito. De facto foi uma reunião muito positiva. Eles ficaram de nos dar algum feedback sobre o trabalho que estavam a realizar e até enviar algum material, mas nós nunca mais ouvimos falar ou pelo menos não tivemos contacto com a equipa. Na reunião foi dito que iriam facultar algum material que estavam a desenvolver e que iríamos voltar a falar do progresso do trabalho e até agora nunca mais fomos contactados.

Relativamente ao parque arbóreo temos muitas coisas a dizer mas vamos ficar-nos só por tentar perceber melhor que sistema de monitorização e no que é que consiste. Não foi eu que escrevi, é o que lá está.

Em relação à Segurança estamos obviamente em concordância com algumas reestruturações que estão a ser feitas ao nível das nossas ruas e estradas do concelho. Mas gostávamos de salientar o factor da segurança e a responsabilização dos empreiteiros quando fazem as obras municipais.

Gostaríamos de saber se para o Executivo a segurança no âmbito destas obras é fundamental, se é importante ou se não é. O que aconteceu nos últimos dias na estrada de Eixo, utilizando uma expressão é "inenarrável" do ponto de vista de segurança.

A forma como o empreiteiro deixou a rua, intransitável, uma rua que não é boa em termos de iluminação, foi absolutamente desprezível. Eu nunca vi uma hora assim. Obstáculos

tremendos em cima das tampas de saneamento, que ficaram desniveladas, e permitiu-se um trânsito normal numa rua com obstáculos. Foi um autêntico swallow até houve constrangimentos ao nível de pequenos toques, portanto uma coisa que do ponto de vista da segurança foi arrepiante. Nunca vi uma obra deixada daquela forma. Portanto, eram estas as questões que eu tinha para o Executivo. Obrigado."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰⁰⁸

"Senhor Presidente, em termos práticos o primeiro sinal deste Orçamento é que haveria folga para baixar impostos. Este Executivo escolhe manter uma carga fiscal elevada para quem vive em Aveiro. Porque vemos um aumento de receitas, vemos que a situação da Câmara está mais folgada, porque a situação do país também está mais folgada, graças ao fim da austeridade que foi imposta durante os quatro anos que o PSD e o CDS estiveram no governo e, portanto, o nosso primeiro apontamento vai no sentido de considerar que podia ter havido aqui uma baixa de impostos.

Depois dizer também que em termos de Orçamento não definido continua a ser um valor extremamente alto. 50 Milhões sem nos apresentar aqui sem consignação, é um valor bastante elevado. Mais de metade do Orçamento está não definido. Era muito importante que esse esclarecimento fosse feito a esta Assembleia.

Depois dizer aqui que a Acção Social continua a ser o parente pobre deste Orçamento. Cabimentar apenas nos objectivos sociais 11 mil euros como objectivos sociais não é nada. Nem se pode dizer que é pouco, não é nada.

Quando vemos por exemplo depois gastos nas Boas Festas em Aveiro 560 mil euros, começamos a questionar que prioridades podem haver para este Executivo.

Depois também dar nota dentro dos objectivos económicos um aumento de 2 milhões em transportes rodoviários! Ora é um serviço que está concessionado, para o qual pagamos uma renda, e continua a haver um acréscimo de dinheiro para o concessionário. Não se percebe.

Dizer também que uma das consequências desta aposta, do paradigma do transporte individual temos dois anos consecutivos: 5.2 milhões no ano passado e 7.1 milhões orçamentado este ano para infraestrutura viária. Que seria muito mais bem entregue se fosse uma aposta em transportes colectivos.

Por fim, dizer que nos parece uma despesa de 3 milhões em pareceres e consultadoria, parece-nos um valor excessivamente alto. Não é o primeiro que isto acontece, mas parece-nos que havendo serviços técnicos na Câmara não nos parece razoável este tipo de valores.

Do ponto de vista de uma análise menos objectiva de números consideramos que estamos perante um Orçamento amigo dos negócios, mas que abandona a população. A consequência desta escolha são as perdas sociais, o tornar invisíveis problemas concretos que não vêm no futuro porque estão já aqui. Parece é que só este Executivo e a maioria que o suporta que escolhe não os ver. Falamos concretamente da Habitação e da Mobilidade.

É um Orçamento exemplo crasso da colaboração pública/privado em que o investimento é público e o ganho fica remetido essencialmente para o privado Apresentando-se esta colaboração como uma alternativa não apenas desejável, mas como necessária. Um discurso imenso de recursos simbólicos. "Quem não quer viver numa cidade inteligente", "Quem não quer reduzir a pegada ecológica", "Cidade com menos carros, sim mas só se se construir um parque de estacionamento no Rossio".

Este tipo de simbolismos servem para definir uma estratégia de marketing urbano, para vender a cidade a quem nos visita, a quem é potencial investidor, mas também a quem vive ou trabalha e a quem se tenta fazer crer que este é o caminho.

Encontramos conceitos tão ambíguos e genéricos como "inovação", "desenvolvimento",

"eficiência", que no final servem o propósito de proporcionar bons negócios a um punhado de gente deixando para trás o grosso da população.

Este discurso, esta ideia de que uma cidade, Tech, Steam ou Smart City ou que lhe quiser chamar através da aplicação ou promoção de novas tecnologias se podem solucionar a maioria dos problemas que a afetam.

Pois para a vida das pessoas, do seu dia-a-dia este Orçamento é uma mão cheia de nada.

Na Habitação, começamos por dar a nossa nota positiva sobre a requalificação da habitação social. O Bloco de Esquerda há muito que reclamava isto para quem vive nos bairros sociais. E portanto, finalmente foi feito o que devia ter sido feito nos apartamentos fechados e bastante degradados.

Mas obviamente sendo conhecido pelo Senhor Presidente e pelos membros desta maioria, o benéfico que é a aposta na requalificação social e sabendo das listas de espera quando abrem concurso, é de perguntar se vamos ficar por aqui? Está este Executivo disponível para haver mais investimento e ter mais habitação a juntar aquela que já existe.

Não podemos esquecer também que Aveiro em termos de acesso à habitação está numa situação pior que há dois ou quatro anos atrás. Tanto que num estudo recente coloca-se Aveiro como a cidade continental onde a taxa de esforço para comprar casa é a quarta maior. O rendimento anula de um cidadão ou de uma cidadã necessita de uma taxa de esforço de 9.74 vezes para conseguir adquirir casa em Aveiro.

Tal como o mercado de arrendamento se alterou profundamente nos últimos anos sem que este Executivo nada tenha feito para o travar e, portanto, atualmente, uma família com rendimentos médios não consegue arrendar uma casa no centro da cidade.

Menos oferta de casas, muito devido também ao fator Alojamento Local, cuja situação se continua a agravar em Aveiro em contracorrente à tendência nacional. Mas o Senhor Presidente continua a ver uma relação saudável, um equilíbrio saudável no rácio Alojamento Local/habitação permanente. E portanto há uma consequência clara nesta falta de acessão de um problema que existe e que é real que é o de empurrar as pessoas para a periferia e bloquear o direito a viver na Cidade.

E estamos a falar de pessoas com rendimentos médios. Que alternativas é que este Executivo dá para as camadas mais desfavorecidas do concelho? Faltam casas e não falta gente a precisar de casa. E portanto qual foi a resposta da CMA? Vender património habitacional. A isto chama-se contribuir e agravar o problema da falta de casa acessível em Aveiro.

Alienar património, terrenos vendidos sem nenhuma salvaguarda social, ficará a Câmara com alguma parte do edificado? Não. Exigirá a Câmara a quem está a construir que haja um rácio habitação/habitação a custos controlados a 30% como já se faz noutros países? Não nos parece.

Dinheiro público ARU/IFRRU aplicado na requalificação. Há a exigência que essa habitação reabilitada com dinheiros públicos seja posta no mercado de arrendamento acessível? Não.

Fala neste Orçamento de uma forma genérica, como se de um projeto de intenções se tratasse, sem cabimento orçamental especificado na execução de estratégia local de habitação. E portanto deixamos as questões de em que consiste exatamente, e que medidas concretas estão inseridas nesta estratégia?

A estratégia de requalificação do espaço público, essa está definida, para ser mais-valia a quem depois constrói e à especulação imobiliária, expulsando mais uma vez quem não tem dinheiro para pagar e reservando espaço privilegiado, organizado, cuidado a quem pode pagar casas de luxo.

Este fenómeno tem um nome gentrificação excluindo os mais pobres do direito à cidade e reserva a uma minoria esse usufruto que deveria ser de todos. Empurra pessoas para fora

da cidade, criando uma necessidade acrescida de deslocações para o centro. O que nos leva ao problema estrutural que é a Mobilidade.

Investimento forte neste Orçamento. A infraestrutura viária. 7,1 milhões de euros reforçando a aposta que tem sido marca deste Executivo e da maioria que o suporta, o transporte individual como sinal de desenvolvimento.

Pois para nós é a visão mais errada. Logo porque exclui dessa política prioritária grande parte da população que vê dinheiros públicos que não vão de encontro às suas necessidades. Ao mesmo tempo que quando se fala em investimento em mobilidade neste Orçamento este serve para beneficiar um concessionário. Investimento em autocarros elétricos, ferry, parque de estacionamento. Mas melhoria para os utentes dos transportes seria mais carreiras, transportes mais baratos, mas sobre isso o Orçamento nada tem a dizer.

Abrigos dos autocarros. Passaram três anos desde a concessão, onde se passou de uma situação de mais abrigos para menos abrigos com o início da concessão. Para quem usa autocarro são 3 invernos sem proteção. E bem pode dizer que a concessão para os abrigos foi feita só o ano passado. Quem depende de autocarros para se deslocar serve de pouco os timings decididos pela Câmara. Portanto há aqui uma política toda virada para o transporte individual que é errada. É feito um desinvestimento social nos transportes que desse resposta à população é a marca desta governação. Só quem não tem alternativa é que utiliza transportes coletivos o que é uma dupla penalização.

Por não ter capacidade económica para ter carro não usufrui do investimento que é feito e vê-se obrigado a usar um serviço de transportes insuficiente e caro.

Portanto este Orçamento pauta-se por toda uma política de exclusão. Direito à habitação, direito a viver na cidade, direito à mobilidade, acesso a serviços públicos, ação social irrisória.

Apoio Social a Famílias. O Senhor Presidente insiste que este tipo de apoio seja discricionário e que pondo as pessoas que dele necessitam em situação de ter de pedir. Isto é uma visão miserabilista do que é a ação social.

Se quisesse medidas efetivas e imediatas estaria inscrito neste Orçamento um tarifário social da água, coisa que não acontece e que o Bloco de Esquerda já aqui recomendou.

Por último questioná-lo Senhor Presidente, quanto uma matéria muito concreta. Há uns dias saiu um estudo que põe Aveiro como zona de risco de cheia muito elevada.

Isto não vai acontecer de um dia para o outro. Mas as alterações climáticas são uma realidade. Neste Orçamento não está inscrito nenhum plano para mitigar, prevenir o impacto e efeitos dessa emergência climática. Está ou não o Executivo disponível para avançar com um plano para estas matérias? Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁰⁹

"Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de iniciar a minha intervenção propriamente, não resisto a questionar-me como é que a oradora que me antecedeu consegue tocar naquelas daquele computador produzido pela Apple, empresa que no ano passado obteve 63 mil milhões de dólares de lucros. Uf? Deve fazer cá um arrepio tocar naquelas teclas capitalistas.

Mas adiante. Indo à matéria que está em discussão. Temos perante nós para deliberação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020. Trata-se de um documento que define a aplicação no tempo da estratégia definida no programa eleitoral da Aliança por Aveiro, sufragada maioritariamente pelos aveirenses, e que o executivo municipal coloca em prática.

Por este motivo, é natural que a oposição não concorde, no todo em parte com as opções apresentadas, mas a isto chama-se democracia e, pelos vistos, há quem não a aprecie.

Analisando de uma forma sucinta o documento, destacamos a diversidade de áreas em que acção da Câmara Municipal se traduz em investimento, com participação de fundos comunitários, como seja o caso da saúde, cultura, habitação social, reabilitação urbana e novas tecnologias, apenas para citar algumas.

Mas uma Câmara que se propõe fazer investimentos sem qualquer participação comunitária, em construção e reabilitação de escolas, na continuação da reabilitação da rede viária, que também dá para a circulação de bicicletas, e das infra estruturas que muitas vezes não existiam, nas instalações desportivas ou nos edifícios municipais e nos espaços verdes e na reconstrução da frente ria ou no novo ferry eléctrico. Uma Câmara com esta dinâmica e capacidade de investimento, que, é bom lembrar, há meia dúzia de anos era confrontada diariamente com penhoras das suas contas bancárias, impossibilidade de comprar a crédito e dificuldades em todos os aspectos da sua organização, demonstra a sua capacidade de gestão e visão de futuro.

2020 é também o ano em que esperamos que o governo de Portugal concretize os processos de descentralização já legislados e por nós aprovados, com especial relevância para os terrenos da antiga lota e a baía de São Jacinto, mas também o ano em que a ampliação do Hospital Infante D. Pedro deverá ter o impulso necessário por parte de todos os parceiros envolvidos para que Aveiro tenha um equipamento na área da saúde digno da sua dimensão como área metropolitana.

Uma última palavra para o parecer positivo do FAM a este documento, com recomendações, é certo, da mesma forma que é normal que um parecer de um Revisor às Contas tenha observações, mas a que a Câmara irá dar a melhor atenção de modo a que seja possível continuar no caminho traçado desde 2013. Face aos documentos apresentados, o voto do CDS-PP é favorável."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [010](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento todos. A primeira nota que eu queria deixar, já que tenho pouco tempo, é a de que é de apreciar a estabilidade do quadro fiscal.

É uma medida importante, embora eu ache que o executivo devia aduzir, devia tentar pelo menos diminuir o esforço financeiro que está a ser feito pelos municípios.

Segundo lugar. Depois de oito anos de estagnação absoluta é necessário, Aveiro precisa muito de obras e pelos visto o Senhor Presidente propõe-se a fazê-las e folgo saber que o Senhor tem vontade de as fazer.

No entanto gostaria de dizer que avizinha-se um quadro económico se não difícil pelo menos mais restritivo daquele que estamos a viver. E com eventual diminuição do ritmo do crescimento económico - e agora agravado pelo Bloco de Esquerda não participar nesse esforço de crescimento económico.

Portanto o que diria de uma forma rápida é que o Senhor Presidente deve tomar atenção ao esforço das obras, ao esforço do investimento, analisando como está a correr o quadro económico. Não ter um passo maior que a perna e criar alguma dificuldades no futuro. Em alturas destas os executivos devem ser conservadores e devem monitorizar muito bem aquilo que está a acontecer porque de repente pode derrapar uma obra e pode colocar em causa o futuro. Disse."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [011](#)

"Boa noite a todos. Antes de tecer algumas considerações sobre o documento gostava de deixar duas ou três notas prévias que farão sentido depois na análise que se seguirá.

A primeira nota prévia tem a ver com a taxa de execução das GOPs do ano presente. Já aqui foi por mim salientado que há um desequilíbrio significativo entre a taxa de execução das GOPs que julgo que se mantém.

Segunda nota prévia tem a ver com o elevado saldo orçamental que tem vindo a ser uma constante na gestão deste executivo.

E a terceira nota prévia tem a ver com algo que o Senhor Presidente disse e com o qual eu estou absolutamente de acordo, que é o facto de estes documentos terem a perspectiva plurianual e não anual, aliás isso está espelhado na estrutura do documento, embora ele verdadeiramente seja apresentado todos os anos e, portanto, faria sentido que ele tivesse uma perspectiva plurianual para que ano a ano se fossem sendo feitas as respectivas adaptações.

Este introito serve basicamente para dizer o quê? Serve para dizer que há aqui uma característica constante das GOPs. Ou seja o que é que nós notamos de um documento para o outro. Notamos alguma estagnação. De facto a plurianualidade é interessante mas isso implicaria que alguns projectos que fossem executados fossem saindo da plurianualidade e que fossem entrando alguns projectos novos. De alguma forma o que se nota neste documento, não na sua extensão, é que há alguns processos que são plurianuais há muito tempo. E isto casa com aquilo que disse anteriormente da taxa de execução ser relativamente reduzida e casa também com o excedente orçamental que normalmente também é constante. E apesar deles estarem aqui inscritos nota-se alguma estagnação. Obviamente que nalguns casos podemos admitir que os planeamentos são isso mesmo. São intenções e muitas vezes não ocorrem de acordo com o esperado, mas a verdade é que há aqui alguns projectos que duram à tempo de mais nas GOPs que vão sucessivamente apresentadas. E esta é a minha primeira observação sobre o documento.

A segunda observação sobre o documento tem a ver sobre uma situação que já não é nova e que o Partido Socialista tem vindo sucessivamente a apresentar que tem a ver do que fazer com este saldo orçamental demasiadamente excessivo. Já discutimos isso aqui nesta assembleia, inclusive com membros da bancada do PSD e do CDS. Há quem evoque que o saldo orçamental deve ser aplicado na execução de obras e de objectivos que o executivo quer materializar, o Partido Socialista teria optado como é obvio por utilizar parte desse saldo orçamental para mais rapidamente acelerar o processo de libertação que o município está sujeito ao abrigo do FAM.

Ora bem, o que verdadeiramente acontece é que não se passa nem uma coisa nem outra. Não há uma aplicação que nos permita sair mais depressa do FAM, mas ao mesmo tempo notamos aqui alguma estagnação embora seja de reconhecer que de facto as GOPs estão de facto plenas de intenções do ponto de vista do investimento.

E a minha pergunta é obviamente clara e objectiva. Basicamente é o que é que nós podemos esperar deste raciocínio ou se este raciocínio se manterá para além de 2020 dentro desta estabilidade que não é propriamente benigna neste quadro de execução daquilo a que o município se propõe.

Uma nota também para o parecer do FAM e que casa com isto. Essencialmente os revisores oficiais de contas deixam sempre as suas reservas. Isso é uma coisa normal mas não é uma coisa de muito desejável. Desejável era que não existissem reservas.

E há aqui no parecer do FAM três condicionantes. Uma que tem a ver com o aumento significativo da despesa em 2020, muito acima daquilo que foi a proposta apresentada e uma segunda nota tem a ver com algo que também o deputado Raul Martins referiu, que é a

possibilidade de haver aqui alguma derrapagem no processo de incumprimento do FAM no prazo que está estipulado, nomeadamente se os cenários macroeconómicos não forem aqueles que estão aqui inscritos.

E uma terceira questão que tem a ver com algo que já referi anteriormente que é o facto de mais rápida saída do FAM, embora não seja condição sine qua non, mas isso poder permitir que pudesse haver uma descida de impostos. Sendo certo que apesar de se manter a carga fiscal, segundo posso perceber há um aumento de receita de impostos directos e indirectos. Portanto deixava estas notas e estas questões nesta primeira fase de intervenção. Obrigado."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰¹²

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹³

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁴

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰¹⁶

"Boa noite a todos. Neste ponto das grandes opções e orçamento, para nós este Orçamento não é este Orçamento é um Orçamento que é a continuidade dos anteriores. É a continuidade de uma opção política deste executivo e desta maioria. Assim quero destacar: Organização dos serviços; Organização e tratamento das contas em sede de FAM; Cumprimento dos compromissos financeiros do passado e dos correntes; Descida do IMI e introdução do IMI familiar; Investimento, investimento, e mais investimento; Investimento na habitação social como nunca foi feito. Primeiro com um levantamento de todo o parque habitacional da Câmara, depois com a sua qualificação e requalificação, concurso público e entrega das habitações a quem tinha direito e necessidade das mesmas. De referir que na habitação social continua a faltar a intervenção governamental nas casas da responsabilidade do IRHU.

Investimento na Saúde construção de novas unidades de saúde e requalificação de todas as Unidades de Saúde do concelho; Investimento no ensino com qualificação e requalificação de algumas escolas e lançamento da Carta Educativa; Investimento na rede viária com alcatroamento de vias e pequenas vias em todas as freguesias, requalificação de vias importantes no concelho; Investimento no trabalho das Juntas de Freguesia com os protocolos de delegação de competências que é um exemplo nacional; Investimento na cultura com apoio às associações culturais, com uma forte ênfase na candidatura de Aveiro Capital da Cultura 2027; investimento no desporto com apoio às Associações desportivas tendo por base um regulamento conhecido por todos; investimento forte no transporte fluvial para bem das pessoas de São Jacinto com o concurso do novo ferry eléctrico.

E no fundo, votaremos favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento por acreditarmos neste Orçamento e, porque, ele é uma continuidade dos anteriores e que possibilita a diminuição da Dívida.

E que o tão falado 1.5 do rácio da dívida que com boas Contas este executivo já passou de 2023 para 2021 seja possível. Continuando com a boa gestão por parte deste executivo seja possível atingir esse objectivo não em 2021 mas em 2020.

Mas para não sermos apelidados que o fazemos nesse ano, por ser ano eleitoral, desta bancada deixamos um desafio ao Senhor Presidente e ao Executivo, que com a tal boa gestão consiga levar-nos ao tal rácio de 1.5 em 2020.

Para que assim possamos libertar os Aveirenses de todos os constrangimentos do FAM e também para que assim possamos entrar no tal ano eleitoral libertos de tais compromissos e constrangimentos sempre indesejáveis e desconfortáveis para quem gere de uma maneira capaz, séria e responsável, gere as contas públicas."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

"Obrigado a todos. Rui uma das operações que vamos ter com grande dimensão e expressão são a implementação de programas como o CED no próximo ano de 2020. Obviamente fruto da capacidade técnica que passámos a ter. E, portanto, saiba que ao nível da estruturação formal de colónias de gatos que queremos agregar o programa CED sempre ancorado o mais possível. É uma opção tomada, clara, temos o levantamento em desenvolvimento, enfim, nestas coisas nunca está terminado, mas já temos um apontamento expressivo e vamos agora ter de tomar decisões de implementação faseada. Mas saiba que 2020 a este nível vai ser um ano importante e não é a questão do dinheiro, Rui. Nunca foi. Aliás, lembra-se das minhas opções de crítica ao Governo, além do mais pelo facto de as verbas serem ridículas. Portanto não é a questão financeira. É a questão da gestão correta, com qualidade, na relação com os cidadãos que têm responsabilidades na gestão das colónias de gatos e na nossa capacidade técnica para assumir a responsabilidade médico veterinária. Enfim, temos a nossa técnica a trabalhar desde agosto e portanto tem o seu período normal de instalação de perceber tudo. Felizmente já vinha com um enquadramento de trabalhar numa Câmara Municipal. Portanto a esse nível não foi preciso ensinar-lhe coisa nenhuma. Mas obviamente que agora tem de se colar num campo diferente de onde ela vinha.

E portanto saiba que o Plano e Orçamento está capacitado no que é preciso para seguirmos em frente. Mas deixar claro que nós achamos que uma política aberta e deste investimento em muitas áreas, nós não vamos deixar cair.

É evidente que podemos entrar e, temos tido discussões, de comparação dos alhos com os bugalhos, enfim dizer "somos contra o parque aventura porque ainda falta tratar da qualificação da rede viária de Esgueira". Pois muito bem, mas a nossa visão é outra. É que nós vamos fazer o parque aventura e vamos continuar a fazer investimento de qualificação (e já fizemos) da rede viária de Esgueira. Há gente a dizer para que se gastaram 800 mil euros a fazer um passadiço entre Mataduchos e Vilarinho, não é preciso para nada, não resolve coisa nenhuma, porque é que não pegamos no dinheiro e não demos aos pobres, diria o Bloco de Esquerda. Não é isso. Aqueles 800 mil euros tem uma importância brutal no que é a nossa relação com os valores ambientais, o maior conhecimento território, a promoção e o marketing. Imaginem, se nós fôssemos a pagar aos órgãos de comunicação social as páginas de jornal e de revistas nacionais e internacionais, os tempos de televisão, vos garanto que a factura já era superior a 800 mil euros.

Portanto é esta abordagem total onde nós vamos ter que estar. Onde vamos ter de estar mais e por isso as ações de que falou obviamente concordamos, vamos trabalhar, vamos continuar a trabalhar.

Temos aí umas ideias novas em desenvolvimento para espaços de acolhimento de animais na antecâmara da existência dum CRO, mas mesmo depois da existência do CRO temos consciência que enquanto não baixar muito a produção de animais abandonados, os CRO vão-se encher muito rapidamente. Temos todos consciência disto e, portanto, tenha a certeza absoluta que a este nível 2020 vai ser um ano importante. Obviamente, vamos investir forma sensata, mas não há aqui uma limitação financeira. Há uma determinação absoluta de fazermos bem. E fazemos bem objetivamente. Com a capacidade técnica que agora temos para usar, obviamente em tantas coisas como estas que estamos aqui a referenciar.

Vou verificar essa falta da nossa equipa da Cultura para com o PAN. Mas enfim, pressuponho que eles talvez tenham baralhado um bocado a questão do feedback com a conclusão do trabalho do plano estratégico para a cultura. Enfim, tiro, esta conclusão sabendo que tomei boa nota para suscitar à equipa essa questão.

Quanto ao sistema de monotorização das árvores é um trabalho que já anunciei que estamos a terminar, espero ainda terminá-lo este ano, para formalizar um protocolo, é uma prestação de serviços, e iniciarmos esse trabalho que entendemos importante. Sabendo que vamos continuar a investir na qualificação do parque arbóreo urbano com os princípios que temos tido. Tirar a árvore do sítio errado, tirar árvore que põe em risco e, obviamente, no balanço do tirar e do colocar em sítio novo ou recolocar em sítio onde havia uma anterior o balanço é positivo.

Expressão clara disso é o que vamos ver todos acontecer na Avenida Lourenço Peixinho. Ou o que vamos ver quando acabar a obra do parque de estacionamento a nascente da estação, que tem zero árvores e vai ficar com cerca de uma centena e meia num parque de estacionamento automóvel. Como sabem não é clássico. Pelo menos os nossos são tapetes de alcatrão e única coisa alta que têm são postos de iluminação. Por isso o nosso primeiro de estacionamento vai mudar radicalmente na obra que está em curso e aos olhos de todos.

Quanto à questão que o Rui levantou da obra em Eixo. Globalmente os nossos empreiteiros são rigorosos e tem boa prestação na gestão das obras na componente da segurança. Eles próprios pelo seu mérito, e também por contributo das equipas de fiscalização, seja dos fiscais analistas seja dos fiscais que contratamos especificamente para as matérias de segurança a este nível e também as matérias de higiene e segurança no trabalho.

Mas é também verdade que há falhas. E há um empreiteiro que é muito boa gente, é muito boa empresa, mas que temos muitos problemas de falta de qualidade e de gestão e tomáramos nós que fosse só na segurança, dos pormenores dos acabamentos. Enfim, está bem expresso, ele fez connosco já umas duas ou três obras, vai agora arrancar com outra. A obra de requalificação da antiga N230 de facto tem coisas que são delicadas e o Rui identificou uma. Enfim perfeição não existe mas de facto globalmente os nosso empreiteiros rem qualidade, cumprem, e fazem as obras cumprindo as regras.

Rita Batista eu não percebi quase nada do que disse e, portanto, não vou ter condição de interagir consigo.

Queria deixar apenas duas ou três notas. A verba para as associações que tem sido e vai continuar a ser de cerca de 1,1 milhões de euros, que é também a verba que temos anunciada no PAM, temos tido sempre uma fatia que tem andado entre os 30% e os 55% para as IPSS.

Como sabem no quadro legal vigente em Portugal quem investe em Ação Social no país é o Governo através do Orçamento de Estado. Não são as câmaras municipais. As câmaras municipais não têm competência nessas matérias. Veja que o Governo é tão centralista a este nível que a única área definida na legislação, na Lei da Descentralização, a única que ainda não têm decreto-lei regulamentador é exatamente a da Ação Social.

Portanto veja a pouca vontade que o Governo tem de entregar poder. É a única. Já todas as outras têm decreto-lei. Houve aquele acidente absurdo, exatamente com o decreto da sanidade animal, que a Assembleia da República cedeu ao lóbi e pumba demoliu o decreto-lei e neste momento não há decreto-lei.

Mas pronto aí o Partido Socialista bem, ao contrário dos outros Partidos, porque votou contra essa decisão, todos os outros votaram a favor o que foi um disparate. E a tal inacreditável única área que ainda hoje não tem decreto-lei é Ação Social.

Portanto as coisas são assim, não vale a pena apontar o dedo para quem não tem responsabilidade. Somos complementares, temos sido complementares. É inacreditável como em Portugal não há fundos comunitários para equipamentos sociais. O concurso que foi aberto vai bater agora o recorde nacional de dois anos sem decisão! Um escândalo nacional. O concurso dos fundos comunitários e o último PARES que houve já tem oito anos.

Portanto é assim que o Governo que têm responsabilidades nesta matéria trata investimento social e com geringonça, sem geringonça, até hoje foi assim. Do que se vai ouvindo e lendo no próprio programa do Governo não vai mudar grande coisa proximamente. Enfim, veremos.

Dar nota que o investimento nos eventos é um investimento muito importante. Nós fechámos em 2019, aliás estamos a fechar com muito gosto, estes 5 dias da nossa Agro Vouga, fechamos o quadro de eventos principais. Principais pela importância comunicacional. Porque temos pequenos eventualmente tão principais no seu valor e na sua importância como os grandes. Mas de facto este quadro de eventos têm na atratividade de gente, na indução direta da actividade económica, na indução indirecta, na capacidade de serem operações de marketing do nosso território, do nosso município, no país e no estrangeiro, muito. Portanto é com muito gosto que nós fechámos o quadro com a Feira de Março que se realiza em Março/Abril; com a Maratona da Europa que se faz em Abril; com as comemorações do Feriado Municipal que passámos a dar uma importância relevante como evento; com o Festival dos Canais em Julho; com o festival das Dunas de São Jacinto em Agosto; com a trilogia TECDAYS em Outubro; com a nova AgroVouga em Novembro e com as Boas-Festas em Aveiro, que são trilogia também Natal/ Passagem Ano/ São Gonçalinho, que ocupa o mês de Dezembro e metade do mês de Janeiro. Mas com muitos outros eventos de entidades privadas que dão um contributo muito importante. Obviamente tenho que falar aqui da Automobilia, da feira de automóveis antigos dos "carochas", tenho de falar da nossa feira canina e felina.

Hoje há de facto um plano de eventos que é muitíssimo importante para dinamização social e económica, para a animação cultural, para usarmos o evento como uma operação de marketing, e obviamente quem não quiser perceber isto e andar aqui a comparar alhos com bugalhos, enfim é da vida.

Mas o que nós vamos continuar a fazer é exatamente em privilégio da vida. E por isso quero agradecer a intervenção do Jorge Greno neste destaque da diversidade das apostas, neste destaque de estarmos nas frentes todas, cuidando daquilo que é mais básico e que já devíamos ter feito há muitos anos. E cuidando daquilo que só podemos fazer daqui a uns anos. O ferry eléctrico ou estas operações ligadas à mistura da tecnologia com a cultura. Porque é que temos a fazer agora. Estamos assim tão atrasadinhos? Não. Quantos ferrys eléctricos é que a Europa tem em circulação? Quantos municípios do país é que estão a apostar em eventos que misturam tecnologia e cultura? A nossa logica é essa lógica total de estarmos a cuidar daquilo que não fizemos no passado há muitos anos, mas a cuidar ao mesmo tempo de fazermos coisas que hoje até podem nem se perceber que sejam importantes e que até tínhamos tempo no futuro, mas que para ganharmos posição na competitividade do futuro, é importante que nós estejamos já hoje a fazer investimento.

Obviamente que o Jorge também falou numa coisa que é importante e que o Plano o referencia. Obviamente aí é a dimensão política está em causa. Mas também muito investimento da Câmara que são estas interações com o Governo de Portugal. Aliás temos um capítulo a tratar desta matéria.

Obviamente, numero um, ampliação e qualificação do Hospital Infante Dom Pedro no quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

E aí não estamos só a pressionar o Governo para que faça. Não, não. Estamos nós a ir à frente e a fazer por isso. Acabámos com o tal plano de pormenor absurdo que enchia aquilo de prédios, fizemos a obra de demolição dos antigos armazéns, estamos a aguardar o Visto do Tribunal de Contas para fazermos a demolição do velho Mário Duarte. Por isso assinámos recentemente um protocolo com a Universidade e com o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, para tratar de pagar a nossa parte no custo do estudo que está a ser feito nesta fase com o Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH).

E, portanto, estamos com grande empenho, não só no lóbi político, no trabalho de equipa, enfim, ainda não falei com a actual Ministra que é a mesma, pressuponho que não mudou de ideia, e não falei com a Secretária de Estado nova Jamila Madeira, que substituiu aquele que era o nosso interlocutor principal para as matérias financeiras desta área e que saiu do Governo Francisco Ramos.

Portanto há uma Secretária de Estado Nova, e que seguramente falaremos com ela proximamente dado que lhe está entregue essa gestão financeira.

E tantas coisas na Descentralização. Também o referenciamos, sempre cuidando de uma forma importante da área do património e das questões da área portuária. Queremos pôr a mão rapidamente àquilo que é a miséria urbana mais forte que temos na cidade de Aveiro que são os terrenos da antiga lota.

E não é para ter mais poder. É para investir. É para qualificar. É para fazermos bem. Porque temos vocação para fazer porque aquilo não é um território para áreas portuárias porque não tem actualmente nenhum interesse portuário. Daí a lei e o pré-acordo que temos. Mas espero que o atual Governo faça aquilo que o anterior não fez. Inacreditável! A Senhora Ministra é tão próxima de mim e tão amiga, mas enfim não teve tempo sequer para fazer a primeira reunião. Melhor dizendo, nem sequer para nomear o seu representante para a comissão que tem de tratar da matéria.

Mas enfim. Espero que o novo Governo que tem também o Ministro Novo, até um bocadinho mais aveirense, espero que as coisas mudem e que rapidamente a burocracia seja resolvida, para que o terreno venha para a nossa mão, para nós fazermos coisas, porque aquilo é a vergonha toda a gente tem quando lá vai. Só não tem vergonha daquilo quem lá não vai.

E depois, questões tão importantes como a questão da Ria de Aveiro. A sua Gestão, a continuação do Programa Polis, o nosso estimado Polis2.

O fim da cobrança das portagens dentro do município nos circuitos intra município e intra NUTIII da região de Aveiro.

Enfim, um conjunto de matéria que elencamos e que de forma sumária faço na introdução ao nosso relatório e que, obviamente, estamos a preparar para começar a trabalhar com o novo Governo, se bem que algumas matérias o Governo já conhece bem e são as mesmas pessoas. Mas temos que dar esse espaço de respeito institucional por um Governo novo que está a iniciar as suas funções.

Em relação ao relatório do FAM. Há uma coisa que é importante nós termos noção. Eu tenho ainda dúvidas hoje que toda a gente tenha percecionado bem a estratégia de gestão financeira que estamos a fazer. Tenho dúvidas. Mas na fase em que estamos, quem não percebeu até agora, não é bom que tenha aulas públicas para perceber.

E eu acho sinceramente quando ouço algumas intervenções, sinceramente a do Francisco Picado, que fez com mais pormenor, que não se percebeu plenamente porque é que fazemos assim e qual é a gestão na ligação ao cumprimento da Lei dos Compromissos com a Lei do FAM, com as condicionantes do nosso PAM e com o facto de termos um acidente bom, que foi termos arrancado com o PAM numa altura em que o país está a crescer e nós estamos a crescer.

Imaginem só, usando três minutos da vossa reflexão, da nossa reflexão, fazermos o exercício ao contrário. Se quando tivéssemos arrancado para a execução do programa o país tivesse iniciado um processo recessivo e batido no défice de 10% como bateu no pico do problema que teve no final do 2.º governo do Eng.º Sócrates.

Como é que seriam as nossas conversas aqui hoje? Tínhamos feito uma revisão do PAM? Olhem talvez não. Porquê? Lembram-se que decidimos ter um PAM conservador. Sempre nos estruturamos na lógica que todos os desvios a este PAM sejam positivos.

Mas o exercício de gestão de desvios negativos de um programa como o nosso era uma coisa muito complicada.

E portanto aquilo que foi a chamada de atenção que está escrita com clareza no relatório, vários o referenciaram, o Raúl Martins, o Francisco Picado, o Filipe, são absolutamente pertinentes.

O FAM sabe a resposta a todas as questões que coloca. Todas. Foram além do mais todas tratadas entre as equipas técnicas. Este parecer é trabalhado quase todos os dias entre acções dos técnicos — e tratado comigo e com o Presidente do Fundo.

E ele sabe que as chamadas de atenção são pertinentes todas, mas que o que vai acontecer no fim as acolhe tranquilas da vida. Porque ele também conhece bem aquilo que é a estratégia que definimos. Porque ela também foi definida com o Fundo para nós vivermos bem as circunstâncias de recuperação financeira, o aproveitamento maximizado passe o pleonasma, ao máximo que pudermos a capacidade de investimento, numa lógica sempre e aí não pode haver falhas, de contenção das despesas de funcionamento.

E aí não pode haver falhas. Porque é aí que está o problema. Porque nós a partir do momento que nós usemos o crescimento que nos dá mais receita para fazer investimento — o investimento eu subo e desço. Mas não posso e ferir nem de perto (tem de estar sempre longe) aquele que é o meu Custo. Com as devidas aspas o meu custo fixo.

E esse é um exercício que está feito aqui neste documento. E aí sim podemos usar a palavra "com grande folga". Ainda temos que crescer alguma coisa na despesa de funcionamento? Claramente sim. Porque nós já nos livrarmos de despesa má, mas há despesa boa que nós precisamos.

Vão então entrar mais 3 Juristas para a Câmara, vão entrar mais de 10 Polícias Municipais. Estamos com problemas nalgumas áreas importantes. Uma Câmara como a nossa não pode apenas ter dois calceteiros. Não é possível. Embora depois tenhamos outro problema. Quem é que quer ser calceteiro numa Câmara a ganhar ordenado mínimo nacional.

A abordagem que nós fazemos é uma abordagem de quem tem consciência e daquilo que desejamos todos a pátria e ao mundo, que é o crescimento eterno, como é evidente, mas como somos todos realistas sabemos que não é assim.

Há dias um munícipe numa reunião de Câmara pública dizia "o Senhor Presidente está a fazer tantas coisas que um dia rebenta tudo e é só dívidas outra vez ". Este mandato ou próximo se existir, pode acabara em qualquer um dos dias sem pré-aviso, ou no dia anormal que a vida nos traga de surpresa, que a nossa câmara estará em qualquer um dos dias bem, sólida, sem dívidas, com a tal folga naquilo que é o exercício de acomodar uma chegada bruta de uma recessão e que nos tire valor à nossa receita.

Essa é a certeza absoluta que eu e os colegas vereadores que comigo governam a Câmara, Complementando quero apenas deixar nota ao Francisco que, e compreendendo a sua ideia à volta da estagnação, e o Francisco também sabe disso, quando nós hoje temos de cumprir a lei da contratação pública, conjugada com a lei dos compromissos que antigamente não havia e no qual se podia fazer um jogo de lançar um concurso com cabimento hoje e visá-lo e no dia a seguir anular o cabimento. E depois só cabimentar à medida que ia chegando a despesa para pagar.

Hoje com a conjugação destes dois quadros legais isso acabou. Para quem não saiba isso acabou. E se então lhe somarmos participações de Fundos Comunitários aí a coisa é diferente, mas não é muito diferente dos quadros anteriores.

Hoje quando se lança o projeto que vai estar agregado a uma obra, quando nós lançamos o concurso da obra, a verba tem de estar lá toda guardada. Depois há os tempos de execução para o projecto, o projecto, os concursos da obra e a obra.

E sabemos que a obra tem uma curva da execução exponencial. Vamos indo, vamos indo e à medida que vai chegando ao fim a concentração de despesa por unidade temporal aumenta.

Portanto está é a circunstância que leva hoje uma obra seja das rotunda que custam 400 mil e que tem de ir a Visto ou de um arruamento, elas tem de passar dois anos. Dois anos são três planos e orçamento. Não há volta a dar. Isto não era assim antes. Eu anteriormente manuseie isto (e alguns de vocês também) e não era assim.

Portanto há aqui objectivamente condicionantes legais. É por isso que hoje e aconselho a todos ao Congresso da ANMP, porque há uma luta para acabar com o espartilho legal porque isto está burocratizado como nunca esteve.

O Centeno tem de deixar de mandar no país. Porque a estratégia do Centeno é não façam despesa. É criar mil problemas administrativos e legais para se fazer despesa.

E este problema de dificuldade de executar a despesa é hoje um problema nas Câmaras municipais. Eu ri-me tanto quando hoje um dos problemas que nós temos, está nas propostas que temos preparadas para o Congresso, fechámo-las ontem, um dos problemas é isso mesmo, desburocratizem isto porque se não nós estamos aflitos para executar. Acabem com a regra da integração dos saldos em Abril porque nós precisamos de integrar o saldo no dia 1 de janeiro do novo ano. Por que é que esperamos por Abril se nós temos o dinheiro no banco e o dinheiro é nosso, porque é que administrativamente não o podemos integrar. Porquê?

Eu respondo. Porque interessa aos burocratas que fique ali um monte de dinheiro que não serve nem para cabimentar despesa. Nem é para pagar despesas é para cabimentar. E muitos municípios só acabam as integrações de saldos em Maio.

Francisco há esta dimensão objetiva nestes processos. Mas da nossa parte e aí vamos embora conversar sobre os objetivos um a um, está tudo a andar nada está parado.

Uns em fase de projeto outros de concursos, as obras que são bastantes como todos sabem, está tudo a andar.

Temos um que outro acidente. Por exemplo o centro cívico de Aradas porque é que não está em obra? Pronto tivemos um acidente com o arquitecto e sim, não, sim, não. Pronto acabou. Arquitecto fora e vamos arranjar outro e siga. Não corre tudo bem. Mas em regra todas as operações que definimos têm seguimento.

Uma última nota o parecer do FAM. Apenas temos um complemento que é o susto do FAM em termos formais é " a gente deixa que tenham ai mais despesa de investimento, mas tomem lá cuidado para não se despistarem em algum exercício desequilibrado que possa aparecer e que não cumpram os saldos do programa". Que é essa a grande questão na monitorização do programa. E ai sabe o FAM bem, como nós sabemos que vamos cumprir os saldos em absoluto.

Casimiro Calafate, para reconhecer o incentivo, porque a obra do Rio Novo do Príncipe e do Baixo Vouga ainda não acabou. E como eu disse na abertura da nossa AgroVouga com a Senhora Ministra da Agricultura ao lado, a luta continua. Ainda temos que resolver umas coisas administrativas, mas o que temos é uma grande certeza, é que desta vez vai.

Mas como São Tomé, ver para crer. Mas como disse ainda há obstáculos puramente administrativos para resolver. São processo com uma inércia enorme de 40 anos e não é exactamente fácil. Não esquecendo que além da determinação dos presidentes da comunidade intermunicipal que é a titular da obra, há dinheirinho da Câmara de Aveiro. O segundo maior acionista da obra da ponte açude do Rio Novo é a Câmara Municipal de Aveiro. O primeiro é o POSUR, a segunda é a CIRA, mas não do seu orçamento é a comparticipação da Câmara Municipal de Aveiro que lhe fornece.

Queria terminar com duas notas do que disse o Filipe Tomaz e o Manuel Prior. Que é exercício que é muito importante da conjugação de fatores que estamos a fazer procurando sempre o melhor equilíbrio, numa gestão que, obviamente, neste quadro em que estamos a viver se vai aproximando do fim. E o fim é a chegada ao rácio 1,5. Enfim, o Manuel falou do desafio, mas o desafio está assumido por nós há muito tempo com a revisão do

programa, passou a ser ano 2021. Já o disse muitas vezes e repito, o desafio está aceite, julgamos que há condições e é provável que haja condições, na gestão de 2019 somada à de 2020, para que o ano de alcance seja 2021.

Está dito e está repetido e é assim que nós faremos. Mas já temos um ganho da previsão base que era 2024 para 2021. Mas uma nota. Os aveirenses não vão ser libertos de nenhum constrangimento. Nenhum. Quem se vai libertar dos constrangimentos é a gestão da Câmara Municipal. Não há, naquilo que é a definição de gestão, não há nada que hoje esteja a aprisionar ou a constranger os cidadãos por causa do nosso programa.

Aquilo que eu disse e repito é não há condições para nós, não há condições formais, não há condições relacionais com o FAM para nós estarmos a reduzir impostos.

Não é possível. Essa negociação foi bem pesada para conseguirmos ter decidido aqui há um ano atrás, quando decidimos passar o IMI de 0.45 para 0.40. Obviamente estamos no primeiro ano de revisão, fomos o único município do país que teve revisão extraordinária do programa e, portanto, isto tem regras. Por mais que pudéssemos ter espaço financeiro. Temos espaço financeiro? Sim. Vamos poder decidir quanto é que perdemos. Perdemos 2 milhões ou 4 milhões, muito bem. Vamos então ao programa e que obras é que não fazemos? Tiramos esta e tiramos aquela, pronto. Isto é possível financeiramente, é. Mas há outras impossibilidades e, obviamente, nós não podemos nem seria sequer sensato na relação que temos com o Fundo, nós no primeiro ano da revisão estarmos agora com coisas dessa natureza.

Agora aquilo que nós estamos a fazer é a afectar bem os recursos. Está claro nas rubricas do definido e do não definido. Está aqui tudo claro para onde tudo claro para onde é que vai o dinheiro todo que lá estamos a trabalhar em todas as frentes de projeto de concursos e viola para executar tudo este é um plano sem cativações, este é um plano que queremos executaram mais a 100 por cento possível, sabendo que não chegaremos lá, mas trabalhamos para caminhar de forma a chegarmos a um número de execução o mais próximo possível, o mais alto possível, com um trabalho que como sabem é muito intenso. Portanto, esta relação, vamos reduzir dívida? Sim. Em valor absoluto e em valor relativo.

Vamos continuar a ter uma relação com os impostos estabilizados, depois de termos aumentado e de os termos reduzido. Vamos continuar a ter um ano em 2020 de grande investimento sim e temos autorização do FAM para o fazer. Nem podia ter outro tipo de atitude, porque obviamente como está bem claro no parecer do Fundo, nós temos nalgumas componentes um valor que está claramente acima.

Portanto, é este o elemento de equilíbrio olhando à capacidade que a Câmara tem que ter para gerir bem um quadro legal que ainda não cumpre em pleno, porque está para entrar uma condicionante que estamos a gerir de forma excepcionada do estarmos ainda no regime de rácio fora dos 1,5 e que a partir do momento que entrarmos no rácio 1.5 passamos a gerir aquele limite de endividamento.

E o limite de endividamento tem um conjunto de rácios bem complexo que nós já vamos monitorizando para nossa formação além do mais, obviamente para depois não sermos apanhados de surpresa. Repito o rácio de 1,5 traz responsabilidades novas. E estou a falar de uma para a gestão municipal, mas obviamente que estamos a gerir com toda a atenção, com toda a determinação, para o fazer bem e com qualidade e poderemos ter um bom ano em 2020. E bom ano nesse equilíbrio. Vamos acabar 2019 com uma redução importante na nossa dívida. Vamos seguramente conseguir em 2020 mais uma redução importante na dívida. O somatório destas duas poderá permitir a antecipação da chegada ao equilíbrio que está definida hoje para 2021.

Vamos manter um patamar de impostos que já permitiu a muita gente, obviamente, uma redução. E obviamente, vamos ter esta gestão de um nível alto de investimento com uma diversidade enorme nas tipologias e também na sua localização geográfica, porque o

investimento está e vai continuar a estrar nos quatro cantos do nosso município. Muito o obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰¹⁹ Ponto 4 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2020, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+IND1+PS2), uma abstenção (PAN1) e dez votos contra (PS7+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁰

"Senhor Presidente que a minha intervenção seja a declaração de voto."

Vogal Jorge Greno (CDS)

"Idem."

De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da Assembleia⁰²¹, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara já tinha feito as introduções dos pontos 5,6,7 e 8 da *Ordem-do-Dia* no ponto anterior, que os mesmos sejam discutidos em conjunto sendo depois as votações feitas em separado. Não se verificando oposição.

Ponto 5 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2020;

Ponto 6 – Derrama 2020;

Ponto 7 – Participação variável no IRS – Ano 2020;

Ponto 8 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2020;

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2019, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²²

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰²³

"Senhor presidente, em relação ao IMI, como já disse anteriormente, no entender do Bloco de Esquerda havia margem para aplicar outra taxa. Uma taxa mais baixa. E quando nos diz que não se aplica uma taxa mais baixa porque isso tem um efeito direto no investimento, ficamos um bocadinho a não perceber porque é que quando há possibilidade de haver uma majoração até um máximo de 30% para edificado degradado, o Executivo opta por taxar só a 10%? Ainda mais quando já foi afirmado várias vezes há um risco que comporta o edificado degradado para a segurança das pessoas. Mas é o município, neste caso a Câmara, que decide que vai haver um programa de requalificação de edificado com dinheiros públicos para proprietários de edifícios degradados. E, portanto, há aqui como por um lado uma benesse para quem está a prevaricar, quem deixa que um edificado se degrade e que constitua o risco para as pessoas e prescinde, o Executivo prescinde, desta receita ao não majorar a 30% E depois há esta ajuda. Este investimento com dinheiros públicos para estes mesmos proprietários que decidem deixar o edificado degradado. E, portanto, é um contrassenso não tem explicação.

Em relação à Derrama. O Executivo tinha a possibilidade de exercer uma taxa menor para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros. E a Câmara opta por aplicar a mesma taxa quer seja a um gigante industrial, quer seja a pequenas empresas. E que fique

claro, não é a mesma escolha, não se trata da mesma escolha. Nós defendemos que empresas como a Mercadona ou outros grandes grupos que vêm exercer a sua atividade no município e, portanto, fazer os seus ganhos em Aveiro, deviam também pagar impostos em Aveiro.

Em relação à participação variável no IRS. Obviamente que somos contra. É uma lei injusta que trata todos por igual quando não é assim. Não é o mesmo ganhar mil euros por mês do que ganhar 50 mil euros. E, portanto, defendemos um IRS mais progressivo ao nível dos rendimentos e que nessa devolução também houvesse um escalonamento na variável do IRS de acordo com os rendimentos. E portanto, mais uma vez a Câmara decide não devolver esta participação de impostos quando diz que as Contas estão saudáveis, mas para quem vive em Aveiro continua a ser difícil entender por que é que essa situação saudável, não é perceptível na sua vida. Nomeadamente naquilo que pode ou não pagar a mais na questão do IMI ou de recebimento em termos de IRS.

Em relação à Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Também discordamos desta taxa, porque apesar da lei dizer que não pode ser integrada na factura, a verdade é que são os consumidores finais a pagar esta taxa de passagem. E, portanto, não podemos a acompanhar.

Só alguns comentários em relação ao Ponto anterior porque fiquei sem tempo. Pedir ao Senhor Presidente para que seja rigoroso quando der exemplos do que quer que seja que envolva o Bloco de Esquerda.

Nunca nesta assembleia eu falei em 800 mil euros para qualquer tipo de passadiço. E, portanto, se quer dar algum exemplo de uma crítica que lhe seja feita, seja rigoroso nos exemplos que dá.

Também dizer que em relação à Ação Social diz que não tem o poder sobre essa matéria. Tem poder ou não para criar uma tarifa social da água? Tem. Escolheu não fazer. Escolhe pagar arbitrariamente uma conta de água a uma pessoa que necessite, quanto podia ser um direito inalienável de uma pessoa ter direito, tendo baixos rendimentos, uma tarifa social da água aplicada si e ao seu agregado familiar.

E também referir que não respondeu às minhas perguntas sobre está disponível ou não para aumentar o parque de habitação social. Sobre a estratégia, local de habitação, não respondeu. Como não respondeu..."

Presidente da Mesa:

"Senhora deputada desculpe. Nós estamos a discutir os pontos 5,6,7 e 8. Cinja-se..."

Vogal Rita Baptista (BE):

"Senhor Presidente não me deixou falar na minha segunda intervenção, não me deixou falar..."

Presidente da Mesa:

"Senhora deputada, não a deixei falar porque a senhora não tinha tempo."

Vogal Rita Baptista (BE):

"Eu disse que tinha 12 segundos e o Senhor ignorou esse comentário e não me deixou falar."

Presidente da Mesa:

"Senhora deputada, calma. Eu aconselho se me permite a fazerem a vossa gestão dos tempos porque deixou uns segundos que de facto não dá para intervir. Não sou eu que faço a gestão dos tempos das bancadas."

Certamente estará esclarecida. Mas de facto se me permitem nós temos de criar aqui alguma disciplina nas intervenções. Cada um tem a sua forma de intervir e a forma como gosta e como acham que deve ser. Mas acho que nós estamos aqui em primeiro lugar ao serviço dos nossos municípios e que esperam ver aqui discutidos de forma objectiva os reais problemas que os afectam. E cada um na sua sede e no seu tempo, devemos evitar aquilo que tem acontecido. Quero passar este recado (não vou dizer que é exclusivamente para a Senhora deputada) evitar perder tempo com picardias sucessivas que não levam a nada. Não levam a nada.

Sinceramente, quanto a mim, nós devemos contribuir para que os trabalhos decorram da forma mais construtiva possível. Portanto vamos cingir-nos áquilo que está em discussão neste momento da ordem de trabalhos e não vamos estar a ir buscar redundâncias e voltar atrás. Estamos a discutir estas taxas em concreto e precisamos de ouvir as vossas opiniões sobre isto. Agradecia que tivessem em conta os pontos que estão a ser discutidos."

Vogal Rita Batista (BE):

"Senhor Presidente ou quer voltar atrás e eu uso os 12 segundos para terminar a minha exposição — eu tinha direito a uma segunda volta e o Senhor não me deixou falar numa segunda volta dizendo que iam continuar os trabalhos. Eu assumi que podia usar o meu tempo. O que o Senhor Presidente acabou de dizer é absolutamente antidemocrático (ouvem-se vozes). O Senhor Presidente não me pode dizer o que é que é relevante para um grupo municipal apresentar aqui as suas ideias, as suas questões, não pode..."

Presidente da Mesa:

"Senhora deputada use lá os 12 segundos que tem. Diga o que tem a dizer mas tenha em conta aquilo que lhe disse também."

Vogal Rita Batista (BE):

"Não respondeu às minhas perguntas em relação à habitação social, estratégia de habitação para plano local, e medidas para mitigar e prevenir alterações climáticas. Disse."

Vogal António Neto (BE)⁰²⁴

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

"Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente à estratégia fiscal é óbvio que cada um de nós gostaria pagar menos impostos. Se alguém aqui quiser pagar mais impostos levante o braço para ver quem está disponível para isso, mas acho que ninguém.

A Câmara tem a sua estratégia. O Senhor Presidente da Câmara explicou qual é a sua estratégia e nós, naturalmente, subscrevemos a estratégia implícita no orçamento.

Há aqui uma coisa que foi dita que eu não percebo. Parece que quem tem casas degradadas o faz de propósito. Esquecem-se estes senhores que historicamente, umas largas décadas, o investimento no imobiliário era um investimento de quem conseguia ter umas poupanças que retiravam para ter umas casas para arrendar e ter dessa forma um rendimento em vez dos depósitos nos bancos.

Depois houve umas leis de rendas, que durante décadas impediram que as rendas subissem. Não subiram nem de longe nem de perto aquilo que era necessário para ter os custos de manutenção dos edifícios. E, portanto as coisas foram-se degradando.

E, portanto, quando vem dizer que essas pessoas tem de ser penalizados, enfim, já estão penalizadas durante décadas pelas leis do país que impediram essas pessoas de cuidar dos

seus bens, do seu património. Porque ninguém pode gastar aquilo que não recebe quando faz um investimento para ter algum rendimento.

Enfim, são pessoas novas não acompanharam esta fase, não estudaram (às vezes é preciso estudar um bocadinho) o que se passou antes para fazer certos comentários.

É por isso que vir aqui dizer, penalizar e não sei o quê, enfim, confundem a beira da estrada com a estrada da beira, mas siga. É o que temos."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [026](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Eu percebo a questão que levantava o Jorge Greno em relação à penalização que aconteceu sobre os proprietários durante anos. Mas o mundo pula e avança e temos esse problema nacional por resolver.

Mas é uma opção da Câmara. Eu pessoalmente entendo que deveria haver a majoração porque acho que a pressão do IMI pode numa altura em que há mercado para comprar (se regressássemos há dez anos atrás não era possível) não só fazer o investimento para fazer a recuperação dos edifícios, mas também haver comprador para os edifícios.

Isto até se resolveria de maneira diferente, que era, se o edifício caísse por culpa dolosa do proprietário, era simples, era só permitir a reconstrução de metade dos metros quadrados que existissem. Olhem era o suficiente para se começar a fazer a recuperação e a venderem quem não quer recuperar.

Mas é opção da Câmara. O Senhor Presidente eventualmente até poderá explicar porque é que optou por isso. Não me parece que seja uma receita relevante, mas era mais por isso, para colocar alguma estratégia de pôr pressão sobre o edificado abandonado.

Depois assisti aqui a uma intervenção magnífica que foi defender a baixa da Derrama. Enfim, para quem é contra as empresas e o capital. Dizer que eu penso exactamente o inverso. Se eu acho que há taxa que deva estar no máximo é a Derrama. Porque ninguém se fixa em Albergaria podendo fazê-lo em Aveiro e não é o diferencial da Derrama que faz esse acolhimento, não é.

O que se exige é gastar bem a Derrama. Criar infraestruturas, condições, transportes, etc, etc. É assim que se fixam as empresas. Tudo o resto é conversa.

E já agora sobre a Derrama dizer o seguinte. Não só este governo como os anteriores desde que existe a Derrama fazem esta coisa magnífica. Antigamente a Derrama era paga pelas empresas onde tinham a sede social da empresa. Agora não é assim. O exemplo da Mercadona que tem aqui a sua operação (vai ter duas unidades cá) e pagam cá apenas a Derrama sobre o montante de negócio que tiver em Aveiro. Mas o problema é que o Presidente da Câmara não tem a mínima noção de quanto é que a empresa vai gerar. E o Fisco vai dizer-lhe olhe pegue lá 200 ou 300 euros das unidades de negócio aqui das empresas e ele não tem forma de saber ou de fazer esses controlos. E isso é que acho que é lamentável. Não estou aqui a falar para o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, estou a falar para a pessoa influente, Eng. Ribau Esteves, Vice-presidente da ANMP, que tem a obrigação de contribuir e influenciar para a resolução deste problema."

Vogal Filipe Guerra (PCP) [027](#)

Vogal Pires da Rosa (PS) [028](#)

Vogal Jorge Gonçalves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [029](#)

"Cumprimento o Presidente da Assembleia os meus caríssimos colegas, o Senhor Presidente da Câmara. Nós compreendemos as suas duas preocupações que foram hoje plasmadas aqui com certa objectividade. Uma precaução que a Câmara deve ter acerca do

futuro na mudança do quadro macroeconómico, eu acho que não há dados concretos que possam, que nos tornem tão pessimistas assim, mas compreendemos essa sua preocupação. Também compreendemos e também registamos que este orçamento está visível uma estabilidade do quadro fiscal. Mas nestas questões estruturais, lembro-me sempre do Rousseau. Eu lembro-me sempre do Rousseau por causa do velho pacto social. O velho pacto social que, só lembrando, no século XVIII tal como agora, havia essa legitimidade de que a legitimidade estava na soberania popular. E também essa legitimidade se consubstanciava na quase exigência de criação "em condições justas" dos direitos individuais. O que eu acho é que nem nós compreendemos (eu pessoalmente não compreendo) e duvido que os cidadãos de Aveiro compreendam que num quadro económico em que (e naturalmente com toda a clareza que estou a dizer-lhe isto) pelos vistos há uma liquidez, que alguém disse que era "obscena" de 59 milhões de euros, pergunta-se (não se consegue compreender) por que não se antecipa redução da dívida da Câmara Municipal de Aveiro e se possibilite a sua colocação no limiar legal. Por que é que não se faz isso? Possibilitando a antecipação do fim da austeridade imposta pelo FAM, austeridade essa que obrigou a que as taxas e os impostos tivessem o valor máximo. Por que razão não se toca agora naquele que (na minha opinião) é o imposto mais injusto que existe no nosso país, que é o IMI?

Repare é um imposto quase absurdo. É um imposto que toca quase a todos. É um imposto que originou os vários debates em todos os municípios de todo o país. Havendo exemplos como os que vou dizer ao Senhor Presidente. Viseu aprovou o seu Orçamento para 2020 e vai aplicar uma taxa de 0.3%. E reduz a participação variável do IRS para 4%. Coimbra vai aplicar uma taxa de IMI de 0.3% e variável de IRS de 4.5%.

Aveiro, pretende Vexa e o seu Executivo, aplicar uma taxa de IMI de 0.4% e a comparticipação variável de IRS de 5% que são os valores máximos que a lei nacional permite.

Nós consideramos que face ao nível de receitas que estão referidas, receitas da Câmara a cobrar baseadas apenas nas receitas fiscais, seria possível reduzir a taxa de IMI para 0.38 e a participação variável para 0.45. Muito obrigado."

Vogal Joaquim Simões (PS)⁰³⁰

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³¹

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³²

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³⁴

"Senhor Presidente, depois da intervenção e da diabrete aqui do Pedro gostava de acrescentar em nome da bancada do PSD, e porque votámos favoravelmente as opções do plano e orçamento, votaremos também favoravelmente o pacote fiscal que o substancia. Obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³⁸

"Começo por me dirigir ao Senhor deputado Filipe Tomaz, e dizer-lhe que são muitos pouco que pagam IMI mas é o imposto que mais contribui para as receitas da Câmara. São 19,7 milhões este ano.

E para quem paga não é assim tanto de desprezar a contribuição que faz e por em questão o retorno que obtém por parte da gestão desta Câmara.

Também dizer-lhe que os aveirenses começaram a pagar impostos no máximo antes do PAM estar em vigor. Devia recordar-se. E portanto esta Câmara tem uma dívida para com os aveirenses. E havendo folga como é propalado, essa dívida devia estar a ser saldada e portanto a baixa do IMI devia estar aqui a ser discutida hoje.

Dizer também em relação à majoração dos 30%. Senhor Presidente o espaço edificado serve para ser habitado. Se está em situação degradada não está a cumprir a sua função social. E uma vez que o solo é limitado, essa função social é posta em causa. E portanto quando diz, assume que há uma prevaricação, e vai haver um benefício para quem está a prevaricar. Acontecendo isso, havendo esse benefício fiscal, temos de equacionar que teria de haver um retorno social. E o retorno social pode por exemplo ser a habitação, o edificado que está a ser requalificado com benefícios, pôr ao serviço do arrendamento acessível por um tempo na contrapartida do dinheiro público que é investido em privados. Ou o dinheiro que não se está a arrecadar da majoração esse dinheiro ser posto no mercado para arrendamento controlado. Mas isso não se verifica nesta situação."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [039](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Repito aqui uma coisa que já foi dita. Ninguém gosta de pagar impostos. E eu, como todos as outras pessoas também gostaria que os impostos baixassem.

Agora, para ser coerente com aquilo que já votei anteriormente,, quando votei o plano e orçamento, não podemos votar a favor de um Plano e depois dele aprovado cercear a capacidade financeira para ele poder ser cumprido. Por isso, naturalmente, e coerentemente, votarei a favor.

Com uma nota porque acho que o Senhor Presidente não se vai esquecer disso, Das obras que estão elencadas e que o Senhor Presidente já elencou, não se esqueça da nossa Rua Capitão Lebre em Verdemilho. É uma dor de alma estar como está.

E Senhor Presidente, já agora lhe digo, o Senhor hoje definiu-se como um verdadeiro político. Porquê?

Porque o verdadeiro político defende naturalmente os impostos indirectos. Porque os impostos indirectos gozam da tal anestesia fiscal. E as pessoas parece que não pagam. Esses impostos indirectos, não se esqueça, e a sua aplicação como base fundamental das receitas públicas, traz sempre efeitos nefastos. Porque há pacotes de consumo que pobres e ricos têm de comprar.

Poderá dizer assim, há impostos diferenciados em determinados produtos nomeadamente nos produtos básicos. Mas isso é o que coloca os ricos a comer arroz e papos-secos. É no fundo e no limite o que uma política dessas vai conduzir. De qualquer maneira Senhor Presidente, vou votar a favor deste ponto."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [040](#)

"Muito rapidamente. Depois de termos sabido qual a proposta do PS, só relembrar que o PS de Aveiro que quer que se abata a dívida rapidamente é o mesmo PS que a nível nacional faz substituição de dívida e está pouco preocupado em baixar a dívida pública total.

O mesmo PS que em Aveiro quer que os impostos baixem é o PS daquele Primeiro-ministro António Costa que na semana passada, quando questionado no Parlamento se podia

garantir que não ia haver aumento de impostos, teve uma súbita paralisia nas cordas vocais. Embatucou e nada disse à questão que lhe foi feita.

E é o mesmo PS cujo presidente da distrital se chama Pedro Nuno Santos e que recentemente disse "é preciso ter coragem para não baixar impostos".

Pronto. Nós não percebemos muito bem qual dos PS é que existe ou se existem dois consoante as conveniências. Mas enfim é o que temos e temos de viver com isto."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁴¹

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁴²

"Só para deixar duas notas. A primeira é que o Senhor Presidente disse que perdemos tempo a discutir IMI. Dizer-lhe que é o que nos está confinado neste palco municipal. Podíamos discutir IRS, podíamos discutir IRC, podíamos discutir um conjunto de impostos, mas a verdade é que me parece que um órgão municipal discute os assuntos que estão na esfera do município. E os impostos que estão na esfera do município são estes que estamos a votar por obrigação legal aqui e por maioria de razão, e até o próprio nome indica "Imposto Municipal sobre Imóveis".

Naturalmente que pode pensar que é um desperdício de tempo estar a discutir sobre IMI, mas de facto é este o local, pelo menos é um dos locais, onde nós temos que o fazer. Relativamente à questão dos valores. Eu até posso concordar que 10 euros, ou 25 euros, ou 50 euros, são uma quantia irrelevante na descida do imposto pelo município. Mas olhe que 10 euros também devem ser irrelevantes para o município.

Não sei se os 10 euros são mais irrelevantes para o munícipe do que para o município. Estamos a falar dum valor absoluto que está a relativizar e que não lhe dá a verdadeira importância e como disse o Raul Martins, ninguém gosta de pagar impostos e portanto, se pudesse pagar menos obviamente que canalizarei o que poder pagar a menos para outro tipo de aplicações. Cada um saberá o que fará, mas a discussão aqui não é se é muito se é pouco. A discussão é perceber a relevância e o impacto que isso tem.

Relativamente a dizermos que o IMI é pago por pouca gente eu deduzo que cada edifício, cada fração, tenha um proprietário. E portanto mesmo que os inquilinos não paguem há sempre um cidadão que paga IMI sobre a sua propriedade. E portanto não estamos a falar de muitas ou poucas pessoas. Estamos a falar das pessoas que são proprietárias e que contribuem para que haja desenvolvimento.

Não são muitas nem poucas. É o que é. Não há por aí nenhum prédio que não tenha dono.

Para terminar dizer-lhe que discutimos IMI pois com certeza porque aqui é o espaço natural para o discutir. É o que é."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁴³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

"Senhor Presidente muito obrigado. Ó Rita, Rita e outros. Vamos falar de números redondos para as contas serem mais certas.

Nós temos 20 milhões de receita de IMI. Temos 40 mil entidades pagadoras de IMI. sabendo que cidadãos portanto não empresas, são cerca de 35 mil. O que dá por pagador a média de 500 euros por ano.

Portanto, nos valores médios, a nossa relação é uma relação equilibrada. É uma relação equilibrada.

Olhem a mim choca-me muito, dando nota aqui ao Francisco Picado, de que o Imposto é Municipal, mas olhem cuidado com isso, porque temos muitos cidadãos e IPSS que pagam

uma coisa que o governo anterior inventou e que o Parlamento aprovou com o voto do Bloco de Esquerda, que é um imposto adicional, que foi vejam bem inventada pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP a que deram o nome de IMI adicional. E que não contentes inventaram uma coisa para espiritualmente confortar os fracos de que era para financiar a Segurança Social. Coisa bonita, né.

Nós na ANMP dissemos, o Governo e a Assembleia da República tem o direito de criar os impostos que quer. Mas não mintam é às pessoas. Chamem-lhe outra coisa, porque de facto este imposto não é IMI porque não é uma receita municipal.

Mas os rapazes ouviram e, aliás, podem vê-lo nos documentos de conclusões do Congresso de Vila Real, lá volta a estar a mesma coisa. "Senhor Governo acabe com o IMI adicional ou mude-lhe o nome". Porque o Governo da República mente ao cidadão porque este imposto não é municipal.

E as nossas IPSS que são titulares de património de grande valor, isentas do IMI municipal, pagam IMI adicional.

Viva a grande esquerda da Nação. Também está lá no documento, ao menos isentem as IPSS.

Mas não esta malta de coração grande, ajudar os pobres, vota IMI para cima das IPSS. Lá por cauda de terem muito património, IPSS capitalistas, pumba o Centeno quer lá o IMI adicional para ele. E os Bancos, proprietários de imóveis, não pagam IMI!?

E lá passou o PSD e lá passou CDS e lá passou o PS e lá passou o PCP e lá passou o BE. E vejam lá continuam os Bancos a não pagar IMI.

Ó, mas esquerda anticapitalista, camaradas a luta continua, abaixo o capitalismo. Porque diabo é que a banca que é proprietária de tantos imóveis não há-de pagar IMI? Alguém da esquerda me sabe explicar porquê? São os poderes que até o Bloco, aliás o Bloco até foi apanhado naquela coisa da especulação imobiliária do vereador. Uma das vedetas lá da turma escolhida. É a vida. É melhor ficarmos por aqui porque senão não saímos daqui. Etc. Francisco, claro que podemos discutir a Conta. Os 10 ou os 50 para mim o cenário é igual. Mas faça-lhe também a conta da receita municipal, são 400 mil euros. O somatório dessas migalhas todas dá 400 mil euros. E 400 mil é um valor importante para a receita municipal, um.

Dois, a relação com o FAM. Nós temos obrigações a cumprir. Nós ainda estamos a recuperar uma Câmara Municipal que se despistou gravemente financeiramente. É bom não esquecermos. Alguns esforçam-se muito para fazer esquecer essa má história mas nós não nos podemos esquecer porque ela ainda existe. Quando ela acabar a gente esquece, ok.

Raul Martins obrigado pela seriedade. Eu acho até um bocadinho dispensável este tipo de discussão e de formalismo, mas é assim. Acabamos de aprovar um documento em que está lá este IMI, esta Derrama, esta Taxa, como é evidente. No documento está lá tudo. Mas a formalidade é assim e está a ser cumprida, com a discussão em separada. Fizemo-lo na Câmara, fazemo-lo na Assembleia, pois é assim que trabalhamos.

E portanto é neste quadro que obviamente agradeço a todos o debate e esta clareza de atitude obviamente objectiva e clara a abordar esta matéria. E, obviamente, que estamos prontos com a aprovação neste quadro, e partirmos para a preparação da execução do Orçamento a partir de um de janeiro, com este pacote fiscal. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴⁵ Ponto 5 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2020, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+IND1+PS2), uma abstenção (PAN1) e dez votos contra (PS7+BE2+PCP1).

Continuando, colocou à votação⁰⁴⁵ Ponto 6 – Derrama 2020, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+IND1+PS2), três abstenções (BE2+PAN1) e oito votos contra (PS7+PCP1).

De seguida colocou à votação⁰⁴⁵ o Ponto 7 – Participação variável no IRS – Ano 2020, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+IND1+PS2), uma abstenção (PAN1) e dez votos contra (PS7+BE2+PCP1).

Concluindo colocou à votação⁰⁴⁵ o Ponto 8 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2020, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+IND1+PS2), uma abstenção (PAN1) e dez votos contra (PS7+BE2+PCP1).

Seguiu-se a declaração de voto da Vogal.

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴⁶

"Senhor Presidente, a minha declaração de voto é a minha intervenção nos pontos."

Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação - Por Aveiro livre de violência de género: construir uma agenda municipal para a igualdade.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra à proponente⁰⁴⁷ da proposta de Recomendação.

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴⁸

«Proposta de Recomendação

Por Aveiro livre violência de género: construir uma agenda municipal para a igualdade.

“A expressão - que lentamente tem vindo a permear as sociedades - do reconhecimento dos direitos das mulheres, a sua visibilidade e a sua participação devem ser aceleradas e reforçadas a todos os níveis, de modo a garantir o sucesso da sua luta por uma vida melhor, para elas e para os outros” - Cuidar o futuro. Um programa radical para viver melhor. Comissão Independente para a População e Qualidade de Vida, presidida por Maria de Lourdes Pintassilgo, 1998.

Em Portugal, as estatísticas e os números relativos ao fenómeno das múltiplas violências com uma marca de género são evidentes e avassaladores. Aveiro não é exceção, pelo contrário, é a regra. Estando nós na capital do distrito que apresenta o quarto pior resultado em matéria de violência doméstica.

Duas mulheres são assassinadas a cada mês que passa e outras tantas são vítimas de tentativa de homicídio. Nos últimos 13 anos, desde que a UMAR criou o Observatório de Mulheres Assassinadas, foram assassinadas mais de 450 mulheres.

As mulheres ganham em média menos dois salários por ano do que homens com as mesmas funções e qualificações, são mais precárias e continuam a ter um risco de pobreza mais elevado do que os homens: uma em cada cinco mulheres é pobre.

As políticas locais não podem ignorar esta realidade. Por mais que a lei tenha avançado, as mulheres continuam a ser vítimas de violência e de estereótipos ultrapassados - vítimas da dupla jornada de trabalho, da precariedade, dos “telhados de vidro”, das violências de género, de crimes sexuais; vítimas, ainda, de múltiplas formas de discriminação como o racismo, a xenofobia e a negação do direito fundamental à autodeterminação de género e

sexual, entre outras. É a experiência da liberdade, o direito à autonomia, à mobilidade e à autodeterminação que são negados quando o assédio, nas suas múltiplas formas, a violência doméstica, o medo da violação ou o sentimento de insegurança, o preconceito e a exploração laboral marcam o quotidiano de tantas mulheres, jovens e crianças.

E, quando perante tudo isto, o acesso ao emprego, à saúde, à educação, à proteção e ao apoio das forças de segurança e dos serviços sociais é insuficiente ou, como muitas vezes acontece, impossível e inexistente, é também o estado e a sociedade como um todo que estão em falta.

A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de novembro/dezembro de 2019, delibera:

1. *Que faça um minuto de silêncio pelas 29 mulheres assassinadas este ano em contexto de violência doméstica;*
2. *Saudar as marchas e todas as iniciativas públicas que, no passado dia 4 de novembro, assinalaram o Dia da Desigualdade Salarial, dia a partir do qual as mulheres deixam de receber salário até ao fim do ano.*
3. *Saudar as marchas e todas as iniciativas públicas que terão lugar no dia 25 de novembro, assinalando o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres;*
4. *Recomendar à Câmara Municipal de Aveiro a elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade, dotado de recursos e capacidade orçamental, tendo em vista a definição de uma estratégia e metas concretas para combater a violência de género e todas as formas de discriminação, em estreito diálogo e cooperação com os serviços públicos de saúde, educação e segurança social, as forças de segurança, as organizações sociais, os movimentos feministas e a própria comunidade;*
5. *Recomendar à Câmara Municipal de Aveiro a criação de um Gabinete Municipal para a Igualdade, que funcione como um espaço de informação e de promoção de iniciativas relacionadas com a igualdade de género e o combate a todas as formas de discriminação;*
6. *Recomendar à Câmara Municipal de Aveiro que assinale institucionalmente os dias internacionais e nacionais que promovem a igualdade de direitos e combate às discriminações – 8 de março, Dia Internacional da Mulher; 4 de novembro, Dia Nacional da Igualdade Salarial; 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres; 21 de março, Dia Internacional de Eliminação da Discriminação Racial; 17 de maio, Dia Internacional Contra a Homofobia e Transfobia – com iniciativas públicas, em diálogo com as organizações e movimentos sociais, promovendo o debate e a informação;*
7. *Recomendar à Câmara Municipal de Aveiro que inclua na Carta Educativa medidas no âmbito do combate à violência e à promoção de uma cultura de igualdade, de não-discriminação e resolução pacífica de conflitos, dirigidas a crianças e jovens em contexto escolar.*

As deputadas municipais do Bloco de Esquerda.»

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[050](#)

"Obrigado Senhor Presidente. O ruído que se ouviu durante a apresentação deste tema reflete um pouco a valorização que o mesmo tem nos vários fóruns de discussão por esse país fora. Há um constrangimento muito grande quando se fala destas temáticas, porque há uma parte da população que tende a achar que esta discussão tem que ser tida em foros fechados, exclusivamente por especialistas, que alguns deles têm 25 e 26 anos, e que depois

participam na elaboração das leis, dos programas nas escolas, no ensino superior e por aí fora.

O PAN apresentou e fez aprovar há uns meses atrás uma deliberação que não tem este teor, obviamente é bastante diferente, mas tem a mesma preocupação. Obviamente que, apesar dessa aprovação nada foi feito por enquanto. Espero que o executivo tenha em consideração aquilo que foi aprovado nesta casa, nesta assembleia, e portanto, merecerá a atenção por parte do executivo no futuro.

O PAN tem revelado esta preocupação em sede da Assembleia da República, em sede das assembleias municipais onde tem representação e, de facto, tem sentido alguma resistência, porque parece que é uma temática que envergonha a todos, mas sobretudo não se compreende o silêncio. Não se compreende a ausência de dinâmicas que capacitem a sociedade portuguesa de dar o salto em frente, um salto construtivo, um salto objetivo, pragmático, que nos possa ajudar a todos a ultrapassar esta vergonha.

Portanto o que está aqui em termos genéricos eu partilho. Representa muito daquilo que é a preocupação do PAN sobre esta matéria. Eu penso que no fundo é uma proposta que nós não a redigiríamos assim nalguns pontos, mas é uma proposta que vai ter a nossa aceitação. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[051](#)

"Senhora deputada Rita Batista, todos presentes, da serei breve. Tenho aqui só duas coisas para dizer. A primeira globalmente, aquilo que está previsto nesta recomendação são valores importantes, são valores dignos, é uma causa justa, são preocupações partilhadas pela generalidade das pessoas que fazem parte desta Assembleia. E da nossa parte contra qualquer tipo de oposição temos como princípio favorável aquilo que são as suas propostas de recomendação.

Mas eu queria dizer uma coisa que se prende com uma expressão utilizada pela deputada Rita Batista na apresentação da recomendação. Foi o uso da expressão "trabalho sexual". Eu devo dizer que acho esta expressão manifestamente infeliz. Eu até a consigo entender, porque não é a primeira vez que a ouço e ouço-a de gente com belíssimas intenções. Não estou aqui a fazer uma caracterização de intenções ou tentar atribuir segundas intenções a quem a profere.

Mas devo dizer que acho a expressão tremendamente infeliz. Porque é uma expressão que penaliza e enquadra, como se fosse uma profissão, como se fosse um trabalho, aquilo que é uma das formas de exploração do ser humano mais abjetas e mais violentos.

Usar a expressão "trabalho sexual" é procurar dignificar aquilo que é de facto uma indignidade. É cair no erro de banalizar e vamos até ao ponto se quisermos de desculpabilizar quem explora aqueles e aquelas que caem na infelicidade de terem de se prostituir. Na realidade a expressão "trabalho sexual" é perigosa porque tem estas duas modalidades.

Diria que, numa sociedade capitalista, marcada pela exploração, pela exploração de classes, pela opressão, que entra nos campos da economia, da sociologia, da cultura, enfim, sobre as várias formas, a liberdade dos seres humanos e sempre limitada. E nesse sentido de procurar enquadrar, como alguns fazem, a exploração sexual como um trabalho, como uma opção de vida, como uma preferência (como há quem prefira) é de facto esquecer isto e desculpabilizar e banalizar a exploração sexual. E esta forma de expressão é perfeitamente abjeta.

Eu queria só deixar este aspeto claro porque de facto não conseguia estar em paz com a consciência se não dissesse isto. Tenho dito."

Vogal Inês Abreu (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵²

"Cumprimento a Mesa, O Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, Senhores deputados, o público presente e Comunicação Social.

Não haja dúvidas que estamos perante um tema sensível que nos toca a todos e a todas. E é sem dúvida um problema social, que consiste na discriminação contra as mulheres e que constitui uma violação dos direitos humanos.

O CDS/PP entende que a problemática da violência de género deve ser encarada numa perspetiva política abrangente, porque quando falamos em violência, ela toma várias formas como sendo a violência doméstica dos pais contra os filhos, dos filhos contra os pais, do homem contra a mulher e, também da violência das mulheres contra os homens, que tem sido um fenómeno que se tem verificado e que se tem aumentado.

A violência contra os idosos e o seu abandono, o que não deixa de ser um fenómeno grave de violência que se traduz num problema social, e não individual, que requer respostas abrangentes.

Também é entendimento do CDS/PP que não bastam os eventos específicos como manifestações de rua, a que a CMA aderiu tendo assinalado o dia da vítima no Centro de Congressos de Aveiro e simbolicamente com o tocar dos sinos no edifício dos Paços do Concelho, de forma a lembrar as 30 vítimas que já morreram em 2019.

Requer muito mais do que isto. A violência contra as mulheres com base no género é influenciada e muitas vezes exacerbada por fatores culturais, económicos, ideológicos, tecnológicos, políticos, religiosos, sociais e ambientais.

Sem dúvida que a violência nas mais variadas formas tem de ser combatida em primeira instância pelo Estado, através de implementação de legislação que as combata e elimine com implementação e monitorização de disposições legais, regulamentação administrativa e códigos de conduta; têm também a responsabilidade de investigar, julgar e aplicar as sanções legais ou disciplinares.

Nesta matéria temos tido grandes avanços e o primeiro deles foi acabar com expressão popular que “entre marido e mulher ninguém meta a colher” passando estes crimes a ser classificados como crimes públicos o que permite a qualquer pessoa que tenha notícia ou conhecimento de vítimas de violência a possa denunciar junto da P.S.P, ou junto da GNR que é a polícia de proximidade com as populações e, nesta parte a CMA em articulação com vários organismos como a APAV, e a CPCJ tem feito um excelente trabalho.

Temos por exemplo o gabinete de atendimento às vítimas de violência de género a funcionar na dependência do DIAP de Aveiro. Por sua vez, a P.S.P. de Aveiro há muito que criou o gabinete de apoio à vítima com agentes especializados nesta problemática que têm feito e continuam a fazer em parceria com a CMA um trabalho exemplar.

A este respeito, lembramos os senhores deputados do Bloco de Esquerda que este executivo tem uma agenda bem definida com medidas a implementar por exemplo nas escolas, junto da população mais jovem em articulação com a CPCJ, que levou a cabo uma peça de teatro infantil intitulada “O monstro que vive lá em casa” que actuou no centro social e paroquial da Vera Cruz, nas juntas de freguesia, com o apoio de mobilização de meios de transporte e de espaços proporcionados pela CMA, para essas atuações. Estas iniciativas têm sido apoiadas de perto pela Senhora Vereadora Dr.ª Rosário de modo a garantir que esta iniciativa chega a um maior número de escolas e de suas crianças de modo a sensibiliza-las para a problemática da violência e discriminação.

Lembramos, ainda, a agenda do executivo no que respeita às políticas de habitação social, com o aumento do número de habitações sociais e na reconstrução das já existentes, a isenção do IMI para as famílias mais carenciadas, medidas que tem contribuído para uma melhoria substancial das condições de vida das pessoas, que se refletirá, naturalmente, na

mudança de mentalidades e de comportamentos. Nesta matéria a Senhora Vereadora Rita Carvalho, tem feito um bom trabalho no terreno junto desta população.

Portanto dúvidas não restam que este executivo tem na sua agenda todas estas preocupações sociais com iniciativas bem estudadas e, que visam diminuir e combater todas as formas de violência, tem no seu programa uma política de combate no sentido de implementar políticas em estreita articulação com grupos da sociedade civil, especialmente organizações como a APAV; e a CPCJ, Associações e outras entidades. Todos com um objetivo em comum: dar prioridade à eliminação da violência contra as mulheres e, todos os tipos de violência.

De referir que as suas atividades têm tido um profundo impacto social e político contribuindo para o reconhecimento da violência contra as mulheres, como uma violação de direitos humanos com a adoção de políticas de sensibilização destinadas a combatê-la.

Para memória futura do Bloco de Esquerda, lembramos que, através destes organismos, a CMA, no âmbito das suas competências, tem vindo a clarificar normas para a eliminação dessa violência. Como por exemplo a nova redação que foi dada pelo Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, aprovado nesta Assembleia em Junho, sob proposta da câmara, visando identificar soluções articuladas a nível local para agilizar o funcionamento dos órgãos, num novo rumo de gestão de políticas públicas.

Este Conselho tem como principais objetivos (cito apenas três que dizem respeito a esta temática, no seu artigo 2º):

c) promover a discussão sobre medidas de combate á criminalidade e à exclusão social do Município de Aveiro;

d) aprovar pareceres como a questão da segurança e inserção social a entidades que entenda convenientes;

e) proceder à avaliação dos dados relativos ao crime de violência doméstica, tendo em conta diversos instrumentos nacionais para o seu combate, designadamente, os planos nacionais de prevenção e combate à violência doméstica e de género, e apresentar propostas de ações que contribuam para a prevenção e diminuição do crime.

Assim, compete ao Conselho emitir pareceres sobre os dados relativos à violência doméstica. O Conselho é composto pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador com competência delegada, o Presidente da Assembleia e os Presidentes de Junta de Freguesia, o representante dos agrupamentos de escolas e um representante do gabinete de atendimento às vítimas de violência de género a funcionar entre outras entidades como sejam as Polícias.

O Conselho reúne de 3 em 3 meses e em todas as reuniões do Conselho há um período prévio aberto ao público, para os munícipes exporem questões relacionadas com as matérias de segurança no município de Aveiro.

Concluindo. Este Executivo tem ao dispor da sociedade aveirense os mecanismos adequados para receber as suas queixas e organismos competentes para lhes dar resposta. Visando combater a violência de género e todas as formas violência e, de discriminação em estreita cooperação com as escolas, associações e forças de segurança.

Senhores deputados o que seria dos problemas sociais deste concelho e, das vítimas de violência de género, se estivéssemos à espera desta aprovação da Recomendação apresentada aqui pelo BE neste dia 22 Novembro de 2019?

Senhoras proponentes, caso esta assembleia viesse a aprovar esta recomendação, a mesma seria uma redundância, considerando todo o trabalho prosseguido por este executivo e o trabalho que tem em agenda no sentido do combate não só a violência de género, mas os outros tipos de violência.

A este respeito, a bancada do CDS/PP não pode deixar de louvar e agradecer em nome de todos os cidadãos e cidadãs vítimas de violência pelo trabalho incansável, desempenhado

por este executivo nas áreas da habitação e na educação, que tem contribuído, direta ou indiretamente para a diminuição em 0,8% do cometimento destes crimes — segundo o relatório anual de segurança interna de 2018

Por tudo isto, naturalmente o CDS-PP votará contra todas as medidas contempladas na recomendação deste ponto 9, por se entender que não teria qualquer efeito útil, porquanto, esta recomendação em nada vai acrescentar à agenda política levada a cabo por este executivo, ao trabalho que tem sido feito e continua a fazer junto das populações carenciadas, que ao melhorar-lhes as condições de habitação, as condições de educação, está diretamente a contribuir para a melhoria das suas vidas que se refletirá, naturalmente nas suas vivências e por consequência nos seus comportamentos. Disse."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [053](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Naturalmente que sou contra qualquer tipo de violência. Seja de género ou não. Acabámos de ouvir uma panorâmica interessante daquilo que se passa e que se faz, se calhar não é ainda tudo o que se pode fazer, mas daquilo que se vai tentando fazer na nossa terra, para que esse flagelo, essa desgraça, possa ser pelo menos minorada.

A violência de género é apenas uma das partes da violência. E estar a identificar apenas a violência de género, e no caso desta referida proposta de recomendação é muito redutor daquilo que é o fenómeno da violência e das medidas que devem ser tomadas para a combater.

Hoje há violência homem-mulher, mulher-homem, mulher-mulher, homem-homem, e ainda outros atravessamentos que eu não percebo bem disso, mas sei que existem e fica para quem consiga distinguir essas coisas.

Dizer que sou contra a violência. E portanto, em princípio, comungaria também desta ideia que nos é apresentada nesta proposta de recomendação. Se não fosse o facto, destas propostas de recomendação virem invadas daquele desejo de demonstrar trabalho e de pendurar à cinta "mais uma peça de caça".

Dizem, pendurei mais uma proposta de recomendação sobre o assunto populista que obviamente toda a gente vai votar a favor. Mas vou pendurar, eu o Bloco de Esquerda, para depois poder dizer, eu tudo o que tem sido feito em Aveiro é iniciativa do Bloco. Já à bocado ouvimos dizer que o anterior Governo tudo o que tinha feito era pelo Bloco de Esquerda ter feito iniciativas.

Obviamente que toda esta luta, todo este trabalho que tem sido feito no combate à violência de género vai ser porque o Bloco de Esquerda aprovou aqui uma recomendação. Eu não vou nisso. Não sou a favor da violência como é óbvio, mas sou contra no princípio que se traga esta proposta nos princípios que traz, porque não é um princípio puro (no meu entender) de defender as pessoas e nomeadamente as mulheres da violência de género. É mais (como diria aqui um homem que foi aqui importante nesta assembleia) penduraram mais uma a uma peça de caça na cinta do populismo aveirense."

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [054](#)

"Boa noite a todos. Já há muito que se fala da violência de género. Eu começo por dizer que considero que é uma violência de género quando nos vários discursos governamentais e não governamentais dos partidos e sem ser dos partidos, ainda agora a minha querida amiga e colega Inês Abreu o fez, começam por dizer cidadão e cidadã, companheiros e companheiras, e isto começa logo por ser uma discriminação, que eu particularmente acho que não deve ser dito, não deve ser feito. Porque não se tem que se fazer uma referência

diferente às mulheres e aos homens. Todos estamos dentro da sociedade e todos temos os mesmos direitos e as mesmas obrigações. É por isso que aqui estamos todos. E é por isso que estamos aqui mulheres e homens, infelizmente nem sempre foi assim como todos sabemos. Ainda há pouco tempo li numa revista qualquer que tinha feito 100 anos que a 1ª mulher tirou o curso de Direito e que foi preciso uma reunião especial, porque naquela Faculdade de Direito não havia mulheres, só haviam homens.

Portanto as coisas foram andando ao longo dos anos e há de facto uma alteração muito grande. Alteração que é muito maior após o 25 de Abril graças a Deus. E graças aos políticos e às pessoas que começaram a ver a sociedade de outra maneira.

Bom, eu volto a dizer, eu sei já me disseram que não era bem assim, mas não me considero feminista, considero-me mulher, tenho os meus direitos, tenho as minhas obrigações e luto para que as pessoas tenham realmente essa qualificação igual.

O problema da violência de género é como já aqui foi dito e disseram muito bem, não se pode reduzir apenas a violência sobre as mulheres.

É mais evidente porque tem maior número de vítimas. É verdade. E eu peço desculpa de agora fazer esta observação, porque não gosto de usar a minha atividade para estar aqui a transmitir esses direitos, mas dizer-vos que vi várias vezes já no meu escritório homens a chorar por serem vítimas de violência doméstica. Há muitos homens também que são vítimas de violência doméstica e que nós não conhecemos, porque têm vergonha'. É o tal machismo também. Porque devem queixar-se.

Mas a violência doméstica ao contrário do que foi aqui dito (eu não concordo) não deve ser tratada que só ao nível local. E não é.

Este é assunto a ser tratado ao nível do país. A nível do Governo. E todos os governos têm feito alterações no que diz respeito à problemática da violência doméstica. Passou como todos sabemos a ser um crime público, que não admite desistência, o que é uma grande vantagem porque as senhoras (as senhoras que estamos aqui a falar mas que não deveríamos falar só delas) podiam chegar a Tribunal e depois não falavam pura e simplesmente. Ou porque não queriam ou porque tinham reatado as relações e, pronto, é assim.

E eu não quero ser dura. Lamento muito, tenho muita pena das pessoas são vítimas disto. Mas porque é que não falemos das vítimas dos idosos? Os idosos, nós sabemos são postos no Hospital, são deixados pelos filhos» e muitas vezes dão-lhes alta e dão a volta ao hospital e fazem-nos entrar outra vez pelas urgências. Isto é gravíssimo e ninguém se queixa disto. Porquê? Porque a violência doméstica está de moda. A violência doméstica é crime e tem a sua legislação especial. Mas a legislação especial também existe cá em Aveiro e também existem determinados mecanismos para ajudar a combater a violência doméstica. Não falemos só das polícias dos seus organismos já especializados, alguns são e outros não são, a verdade é isto. As pessoas ainda não sabem por vezes muito bem como é que hão-de orientar isto.

Em Aveiro também temos uma casa-abrigo. Temos uma casa-abrigo e há agora projetos no sentido de que não sejam as mulheres a sair das suas casas com os filhos, mas antes serem os agressores ou as agressoras, dependendo das circunstâncias a saírem. Isso sim é importante que se fale. É importante que se lute para que isso se concretize para que o agressor não tenha apoio. E também temos a violência dos filhos sobre os pais.

Depois como dizia ali o Raul Martins, das mulheres sobre as mulheres, dos homens sobre os homens, no sentido casamentos que existem entre indivíduos do mesmo género. E isso é mais comum do que imaginamos. E é lamentável e, portanto, estarmos aqui a falar da violência de género só sobre as mulheres, acho que é redutor.

Hoje depois de almoço, estava a acabar de almoçar, estava a dar um programa na televisão em que uma mulher vem dizer que, por amor, tinha inventado uma história, falso

testemunho, e consequência disso o companheiro que nunca lhe bateu nem nunca a tratou mal está a cumprir uma pena de 3 anos na cadeia.

Portanto temos que abordar este tema com imparcialidade e objetividade. Quanto àquilo que aqui foi dito pelo Filipe, que é meu primo também, mas que está no Partido Comunista e eu no Partido Socialista, isto do "trabalho sexual" é uma coisa vergonhosa a todos os títulos.

Portanto, saudar as marchas e as iniciativas desse género não me parece bem. A desigualdade salarial existe e com certeza existirá. Não devemos precisar de normas para que a igualdade salarial seja um facto. Não devemos precisar de mais normas a não ser das nossas próprias lutas para obter maneira de estar e de ser na sociedade, para termos o lugar que nos pertence por direito. Porque o facto de ser mulher e serem criadas quotas para os vários órgãos políticos, para mim achei quase vergonhoso.

Embora tenha de considerar que muitos Partidos não tinham lá senhoras. Mas também há muitas senhoras que estão a fazer parte das quotas mas que não têm intervenção nenhuma. Se nos queremos considerar (e somos) indivíduos com direitos iguais aos dos homens, não devemos precisar de quotas. Temos de nos valorizar por aquilo que somos. Como é que isso se faz? Começa com Educação nas escolas.

É evidente que há pessoas que vivem com determinadas regras e determinados princípios que são absolutamente obsoletos. Nós sabemos que há muitas mulheres dependentes dos homens. Mas também é verdade que há muitos homens dependentes das mulheres. As coisas são assim, não vale a pena. E quem anda na profissão, nalgumas profissões, a minha profissão e a da Inês e do Pedro e outros, estou a falar de advogados, mas noutras profissões também se verá isso. Mas nós contactamos quase a diário com estas realidades duras, tristes, negras, e muitas vezes estamos incapazes de dar uma solução.

Portanto isto é um problema da sociedade. E é um problema tem que ser tratado a nível central. Já se fez uma grande evolução, precisamos de continuar a trabalhar nisso, mas precisamos de trabalhar em igualdade. Não é só dizer que é contra as mulheres, que é a marcha das mulheres, a marcha do Dia Internacional da Mulher, porque eu, para mim, eu pessoalmente Ana Maria considero isso aberrante. E considero-me desvalorizada com essas circunstâncias.

Sim senhor. Temos os mesmos direitos, temos as mesmas garantias, temos as mesmas capacidades. Já tivemos aqui uma Senhora a presidir à Assembleia Municipal. E tinha capacidade. Mas agora só temos duas Vereadoras e temos três vereadores mais o Senhor Presidente da Câmara. Há aqui alguma desigualdade. Só o ouço a si a falar às senhoras ainda nunca as ouvi falar, mas pronto.

Posto isto, acho que (a senhora deputada vai-me desculpar) ser uma proposta apresentada pelas senhoras deputadas parece-me francamente mau. Deveria ter sido apresentado pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda e não haver aqui uma diferença entre deputadas e deputados. Isto também diz respeito aos homens porque eles devem também estar tão empenhados quanto as mulheres nos direitos iguais e na defesa da violência doméstica bem como todas as outras pessoas. Os idosos, os pais, enfim, até os sem-abrigo precisam de uma defesa. Devemos é estar todos unidos e fazer uma barreira a isto e não estarmos a dividir por género. Não concordo. Tenho dito."

Vogal Raúl Martins (IND)⁰⁵⁵

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁵⁶

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁷

"Apenas duas palavrinhas. Esta coisa do trabalho sexual nem sei porque é que apareceu aqui porque fiz uma pesquisa à recomendação e não encontrei. Eu gostava era saber qual era a posição de vocês se viesse aqui a discussão da legalização da prostituição, só isso.

Do meu ponto de vista resolve o problema em concreto que é o problema da exploração. Mas isso não tem nada a ver. Tem a ver com a inferioridade seja ela do sexo masculino ou feminino.

Sobre a recomendação em concreto gostava de dizer o seguinte. O Bloco faz-me sempre isto. Eu fico "aborrecido". Porque isto é um tema que me parece claro e óbvio. Eu já não me recordo como votei na Moção do PAN, mas a Moção do PAN estava construída de outra forma.

O tema é sensível. E vocês depois colocam aqui sete conclusões. E duas delas são saudar as marchas!? Saudar as marchas, não. Eu não consigo perceber esta de saudar as marchas. Não entendo onde está o respeito. Ainda por cima isso menoriza o primeiro ponto que vocês tinham na moção que era um ponto significativo. "Saudar quem se manifesta" e duma manifestação que ainda há-de vir e que eu não sei se vai ser ordeira, se vai ser democrática, não sei nada.

Depois as outras indicações fazem sentido, sim. Tenho algumas dúvidas em relação à questão da municipalidade problema. Eu acho que isto é um problema nacional, não é uma questão municipal. É evidente que a Autarquia e as representações do Estado nos vários territórios têm uma obrigação acrescida de implementar o que deve ser um verdadeiro desígnio nacional.

Eu penso que isto é tema e deve ser trazido. Eu acho que o Bloco de Esquerda tem esse mérito de ter trazido a discussão do tema. Devemos sempre discutir até o problema estar resolvido em questão. Faz é sempre esta notazinha que me aborrece. E como me aborrece ainda estou a ponderar o meu voto."

Vogal Glória Leite (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁸

"Boa noite a todos. Para ser breve sintam-se cumprimentados. Eu peço desculpa, mas hoje tive um dia de questões de género, ao contrário. E, portanto, vinha até com alguma motivação para ver se conseguia tirar daqui deste ponto da ordem de trabalhos alguma coisa para segunda-feira chegar ali com força, mas não consigo.

Depois do que a doutora Inês já disse e do que a doutora Ana Maria já disse, eu também me sinto assim. Eu detesto que me tratem por a senhora e o senhor, os alunos e as alunas, os meninos e as meninas. Isto não tem significado nenhum, só discrimina. As questões ficaram todas do lado dos rapazes porque a rapaziada feminina andou ali a fazer disparate grande sobre os rapazes.

E senhores deputados, dentro das escolas a prostituição não é só feminina. Também é masculina. E ela ultrapassa os muros das escolas e vem de casa e vem de outros sítios para a escola. E também sai da escola para sítios que ultrapassa a fronteira da nossa cidade. Tudo o que a doutora Ana Maria disse discrimina bem e concentra aquilo que nós fazemos. Agora há uma coisa que ainda aqui não foi dita. É em casa que a educação começa. Não vale a pena querer fazer uma agenda para as escolas quando a casa não está preparada para isso. E é aí que temos que fazer a alteração. Não vale a pena nós pedirmos às escolas que intervenham profundamente com os alunos cujos pais todos os dias batem nas mães. Ou as mães todos os dias batem nos pais.

Também não ouvi aqui falar das questões que dizem respeito ao álcool e que continuam a estar ligadas às questões de violência.

E também não ouvi aqui falar de outras questões que vem de fora e que estão ligadas à casa abrigo e que estão ligadas à transferência de alunos e estão ligadas a transferência das mulheres que não dos homens. E que nós tendemos a esquecer e a tratar como se fosse igual aquilo que não é igual. Quando recebo um aluno que vem fugido, seja rapaz ou rapariga, sabemos do que é que estamos a tratar. E de facto nós temos respostas. Não temos as respostas por ser homem ou por ser mulher.

Temos de ter as respostas de acordo com o contexto. De acordo com o estado com que cada um se encontra e não de acordo com o género.

Quanto às saudações essa parte custa-me e eu votarei contra porque eu não consigo saudar marchas nenhuma quer dizer. E depois como disse o Pires da Rosa a bondade do ponto 1 que até válida e séria, cai por terra por isto tudo. Eu nem consigo compreender como é que um documento destes vem à Assembleia apenas com as deputadas do Bloco de Esquerda? Peço desculpa de me estar a repetir, mas não pode ser. Eu vivo numa casa com três homens, agora até já tenho um neto, gato é gato, cão é cão. Mas quem manda sou eu. Disse."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [060](#)

"Começo por me dirigir ao deputado do PAN e dizer que de facto isto é uma matéria complexa e estou um bocadinho perplexa na forma como ela foi debatida aqui nesta Assembleia Municipal.

Dizer que este complexo de que se fala vem de ainda estar muito enraizado a questão da violência doméstica nas relações de âmbito privado, dentro de casa, totalmente distanciado do contexto social e apesar de haver um esforço para que seja trazido ao debate público, continua bastante enraizado. E, portanto, é difícil quebrar com este pensamento e com esta forma de agir. São normalmente as pessoas mais próximas da vítima, sejam familiares, sejam vizinhos, etc, que ainda escolhem não tomar partido ou não denunciar, não agir. E, portanto, se ao nível da violência que é a forma mais dramática da doméstica, ainda há tanto que fazer o que dizer de formas mais moderadas ou subtis dentro do contexto social.

Em relação a intervenção do PCP. Não somos nós que definimos trabalhadores do sexo. São pessoas que se autodenominam trabalhadores do sexo. E uma coisa é trabalho sexual e outra coisa é exploração. São coisas distintas e não vou eu invisibilizar a autodeterminação de uma pessoa quando ela se define como tal. Não me cabe a mim definir o papel dessa pessoa na sociedade.

Devo dizer à deputada do CDS, que é velho o truque de quando se tenta minorizar a violência exercida sobre as mulheres, dizendo que há outros tipos de violência. Nós sabemos. Aliás, somos nós que trazemos as propostas para combate à violência para esta Assembleia Municipal (ouvem-se vozes).

Quando os dados mostram que mais de 90 por cento da violência exercida na violência doméstica é de homens sobre mulheres, vir minorizar essa situação com há violência de homens e de mulheres, nós não estamos a negar isso. Há violência exercida sobre crianças, sim. Mas qual foi a votação do CDS, quando se tentou definir o Estatuto da criança dentro da violência doméstica? Votou contra na Assembleia da República. E, portanto, quanto a essa matéria estamos conversadas.

Se há trabalho desta Câmara pois está muito invisibilizado. Eu não me lembro de uma atividade tenha vindo no relatório da atividade municipal. Uma só iniciativa que tenha vindo descrita dentro da matéria de violência de género.

Discordamos que isto seja um problema de forças policiais. Isto é um problema multitudinário e, portanto, nada do que vem aqui descrito na nossa proposta existe. E portanto se há um problema grave que implica mulheres a serem assassinadas todos os

meses, meio milhar de mulheres assassinadas desde 2004, eu penso que este seria o momento para juntar forças e não dizer o que é que está ser supostamente feito. Também dizer que isto não é uma questão de pobres. A violência doméstica é transversal à situação económica das pessoas. E pôr isto com uma questão de pobres é duplamente ofensivo.

O deputado Raul Martins não percebe a pertinência desta proposta. Bem, no próximo dia 25 de Novembro assinala-se o Dia Internacional pela eliminação de todas as violências contra as mulheres. E, portanto, estamos no dia 22, o Bloco de Esquerda achou que esta era a sessão onde este tipo de propostas deviam ser assinaladas.

Devo dizer à deputada Seiça Neves que nunca pensei ver o PS assumir uma atitude mais à direita do que CDS! Parabéns, conseguiu esta noite (ouvem-se risos).

Em relação ao que disse o deputado Pires da Rosa. Este tipo de saudações de parte de uma autarquia, o que o sinal que está a dizer é de apoio. E, portanto, quando nós pedimos que haja uma saudação é dizer que a autarquia está com as pessoas que se mobilizam por estas causas e está presente no combate à violência doméstica. E está presente no combate à homofobia e está presente por todos os dias que sejam importantes assinalar que digam respeito à igualdade de género, à igualdade de identidade de género, etc.

Devo também dizer que não estava à espera deste tipo de debate. A deputada Glória Leite, tal como a deputada Seiça Neves, faz sempre questão de dizer isto homens e mulheres, eu mulher, todas e todos, somos todos. Mas depois, quando cai no exemplo da exceção já são os agressores e as agressoras, aí já não é o plural.

E, portanto, esta forma de vitimizar as mulheres enquanto por um lado são todo o alvo das críticas e esquecendo-se mais uma vez dos dados estatísticos, o número de mortes, o número de violências, o número de violações, o número de agressões, e depois vem-nos falar de que o que querem é igualdade. Não. Querem é que a mulher continue numa posição inferior, submissa, pelos vistos a ganhar um salário inferior quando desempenha as mesmas funções que um homem. E depois vem misturar tudo e vem para aqui falar de prostituição infantil? Acha que é um tema que cabe no que estamos aqui a discutir? Trabalho sexual? Está a misturar trabalho sexual com prostituição infantil? Devia ter um bocadinho mais de cuidado na forma como aborda determinados temas.

E, portanto da nossa parte todas as recomendações que nós trazemos aqui hoje têm um propósito. Primeiro lembrar as vítimas e lembrar-nos que cabe a todos enquanto sociedade combater este flagelo que é o assassinato de mulheres a mãos de homens. Não é a mãos de outras mulheres. Não. É de homens. Pelo facto de serem mulheres não há outra justificação. E munir o município de instrumentos que possam efetivamente dar uma resposta social a este flagelo. Uma resposta construtiva a nível da Educação. O que se faz nas escolas é claramente insuficiente.

Não percebo por exemplo o que disse a deputada do CDS porque não existe a APAV em Aveiro! Não sei com que APAV andam a trabalhar. A APAV não existe em Aveiro.

Portanto a resposta que tem sido dada nomeadamente por parte de forças policiais é importante, mas é diferente de uma abordagem social. É diferente de uma abordagem por parte das pessoas que trabalham todos os dias nestas matérias. E não querer somar-se a este combate é estar a perder uma oportunidade para que os mais jovens cresçam de forma mais saudável, que tenham relações mais saudáveis e que olhem as suas relações de uma forma mais saudável e que não reproduzam comportamentos abusivos. E que, por isso que possamos desta forma combater a violência de género até ao seu objetivo que é erradicá-la. Só um último apontamento em relação às duas deputadas. O grupo municipal do Bloco de Esquerda é composto por duas deputadas. Quem apresenta as propostas é quem é eleito."

Vogal Glória Leite (PPD/PSD) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁶¹

"Senhor Presidente para Defesa da Honra. Senhora deputada do Bloco de Esquerda, eu só sou responsável por aquilo que digo. Não sou responsável por aquilo que as outras pessoas entendem. Obrigada."

Presidente da Mesa:⁰⁶²

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁶³

"Senhora deputada, anda a ouvir mal aquilo que nós andamos aqui a dizer ou não consegue ver as posições em que nós todos estamos. Se acha e se considera uma pessoa dizer "meus senhores e minhas senhoras" no tempo do meu avô era assim que o fazia. Mas isso era no tempo do meu avô, não é agora. Eu não considero que deva referência a "minhas senhoras". E a senhora deputada dizer que eu estou mais à direita que o CDS é um espanto. Para mim é um espanto. Saiba que o que o PS diz é uma luta a nível nacional, homens e mulheres em igualdades de circunstâncias a defenderem as posições em tentarem defender os problemas de que as pessoas são acoissadas e são violentadas.

Claro que há agressores e há agressoras. Eu na minha profissão tanto defendo agressores como defendo agressoras. Vítimas e Vítimas. Olhe, não devemos estar nessas coisas tão pequeninas. Devemos estar a defender os direitos dos indivíduos, das pessoas, sejam mulheres ou sejam homens. A senhora dizer que eu estou mais à direita que o CDS, a senhora de certeza não ouviu bem o que estava a dizer ou o seu ponto de vista deve ter um ponto cardeal um bocadinho mais afastado do que o meu."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰⁶⁴ à votação o Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação - Por Aveiro livre de violência de género: construir uma agenda municipal para a igualdade, sendo a mesma rejeitada, com vinte quatro votos contra (PSD15+CDS6+IND1+PS2), sete abstenções (PS7), quatro votos a favor (BE2+PCP1+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes deputados:

Vogal Rui Alvarenga (PAN):⁰⁶⁵

"O PAN vota a favor, mantendo a coerência em relação à profundidade e à importância do tema e não à superficial discussão que se travou aqui entre esquerda e direita e ódios de estimação que secundarizaram aquilo que era a premissa deste debate. Obrigado."

Vogal Pires da Rosa (PS):⁰⁶⁶

"Senhor Presidente, a minha intervenção neste ponto fosse a minha declaração de voto individual."

Vogal Inês Abreu (CDS)

"Senhor Presidente era também que a minha intervenção seja a declaração de voto."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁶⁷ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro de 2019.

Eram 00:30 horas do dia 23 de Novembro de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)